

**LILIANE DA SILVA BARROS**

**ANÁLISE DA GESTÃO CARCERÁRIA NO  
PRESÍDIO ESTADUAL METROPOLITANO DE  
MARITUBA-PARÁ, A PARTIR DA LEI DE  
EXECUÇÃO PENAL E A REALIDADE DO  
CARCÉRE**

**Orientador: Prof. Doutor Ricardo Figueiredo Pinto  
Co-Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria Isabel Alves Duarte**

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias  
Escola de Ciências Económicas e das Organizações**

**Lisboa**

**2015**

**LILIANE DA SILVA BARROS**

**ANÁLISE DA GESTÃO CARCERÁRIA NO PRESÍDIO  
ESTADUAL METROPOLITANO DE MARITUBA-  
PARÁ, A PARTIR DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL E A  
REALIDADE DO CARCÉRE**

Dissertação defendida em provas públicas na  
Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias  
no dia 27/05/2015, perante o júri, nomeado pelo  
Despacho de Nomeação nº224/2015, de 22 de Maio,  
com a seguinte composição:

Professor Doutor António Augusto Teixeira da Costa

Professor Doutor Georg Michael Jeremias Dutschke

Professora Doutora Maria Isabel Alves Duarte

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias**

**Escola de Ciências Económicas e das Organizações**

**Lisboa  
2015**

*“Costuma-se dizer que ninguém conhece verdadeiramente uma nação até que tenha estado dentro de suas prisões. Uma nação não deve ser julgada pelo modo como trata seus cidadãos mais elevados, mas sim pelo modo como trata seus cidadãos mais baixos”.*

*Nelson Mandela, 1994.*

## **Agradecimentos**

A Deus por sua infinita bondade.

A todo corpo docente da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias e Conhecimento e Ciência que contribuíram de forma significativa para a construção desta representado pelo Ilustre Professor Dr. Ricardo Pinto

A toda equipe técnica Conhecimento e Ciência.

A Superintendência do Sistema Penal – SUSIPE nas pessoas de Adriana Prado da Coordenadoria das Casas Penais e Kelem Favacho da Escola Penitenciária que apostaram na pesquisa.

Meu muito obrigado todos do Presídio Estadual Metropolitano I em especial ao seu Diretor Robervaldo de Souza Araújo , ao Chefe de Segurança Agarinan Vilhena, Inspetor da equipe C Sandro Baia, Mayra Renage secretária do PEM I que abriram as portas para a construção deste, sem vocês nada disso seria possível.

A todos os Internos do Presídio Estadual Metropolitano I que participaram da pesquisa sem receio de revelar sua intimidade.

## **RESUMO**

Este estudo aborda a Política Criminal, o Sistema Penal e sua realidade, fazendo uma análise da gestão carcerária a partir do objeto pesquisado Presídio Metropolitano Estadual I – PEM I, procurou-se falar de forma abrangente sobre a problemática do Sistema Penitenciário como “universidade do crime”. Os defensores da perspectiva da recuperação argumentam que é possível, pela negação dos pressupostos de que ela é uma escola do sofrimento, desmontar a “Universidade do Crime” e construir as bases de um modelo penitenciário voltado para a reconstrução moral dos seus internos. Estes, a seu modo, são também vítimas de processos sociais perversos que antes da condenação, os incapacitam ao convívio social. Procurou-se observar se o PEM I está de acordo com que preconiza a Lei de execuções Penais n 7. 210/84. Para tanto foram realizadas visitas afim de, coletar dados de gestão. Ao final, é exposta a metodologia utilizada na construção do trabalho, bem como a minha vivência no Presídio Estadual Metropolitano I, durante o período de pesquisa, enfatizando a interatividade com os técnicos da instituição e as entrevistas realizadas com os internos. São expostos, também, as tabelas e suas respectivas análises, que retratam os dados coletados na pesquisa. Concluindo, é colocada a impressão pessoal do que foi vivenciado no local da pesquisa e o apontamento de possíveis melhorias para adequação da Lei de Execução na objeto pesquisado.

Palavras Chave: Gestão Carcerária, Sistema Penitenciário, Lei de Execução Penal.

## **ABSTRACT**

This study addresses the Criminal Policy, the Penal System and its reality, making an analysis of prison management from Metropolitan State Prison researched object I - PEM I tried to talk comprehensively about the problem of Prisons as "University crime. "Proponents of the approach argue that recovery is possible by the denial of the assumptions that it is a school of suffering, remove the "University of Crime" and build the foundations of a model prison facing the moral reconstruction of their house. These, in their own way, are also victims of social processes that wicked prior to sentencing, the disabling social life. We tried to see if the PEM I agree that this calls for plays Penal Law n 7.210 / 84. For both visits were conducted in order to collect data management. At the end, it is exposed to the methodology used in the construction work as well as my experience in State Prison Metropolitano I, during the research period, emphasizing the interactivity with the technicians of the institution and interviews with inmates. Exposed are also tables and their respective analyzes that depict the data collected in the survey. In conclusion, it is placed personal impression of what was experienced in local search and identification of possible improvements to the adequacy of Law Enforcement in the object searched.

**Keywords:** Prision Management, Prison System, The Penal Execution Law.

## **LISTA DE SIGLAS**

CNCP – Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária

CTC – comissão Técnica de Classificação

DAÍ – Divisão de Assistência Integrada

DEP – Divisão de Educação Prisional

DGSPP – Direção geral de serviços prisionais portugueses

DSP – Divisão de Saúde Prisional

DTP – Divisão de Trabalho e Produção

DUI – Divisão de Unidades do Interior

DUM – divisão de Unidade Metropolitana

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EUA – Estados Unidos da América

GAB – Gabinete do Superintendente

LEP – Lei de Execução Penal

NAP – Núcleo de Administração Penitenciária

NRS – Núcleo de Reinserção Social

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

ONU – Organização das Nações Unidas

PEM I - Presídio Estadual Metropolitano I

PEM II - Presídio Estadual Metropolitano II

PEM III - Presídio Estadual Metropolitano III

SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

SEEDS – Secretaria Especial de Defesa Social

SEJU – Secretaria do Estado do Interior e Justiça

SEMEC – Secretarias Municipais de Educação

SENAC – Serviço Nacional do Comércio

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SPB – Sistema Penal Brasileiro

SUSIPE – Superintendência do Sistema Penal

## ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO.....	133
Justificativa.....	155
Objetivos .....	166
Objetivo Geral.....	166
Objetivos específicos .....	166
Estrutura da Dissertação.....	166
CAPÍTULO 1 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....	18
1.1 Modelo do Sistema Penitenciário na sociedade disciplinada.....	18
1.2. A consequente evolução da pena de prisão – breve consideração .....	19
1.3. O sistema penitenciário brasileiro.....	200
1.4. O tratamento reeducativo do sistema penitenciário brasileiro .....	221
1.5. Recuperação do sistema penitenciário brasileiro .....	233
1.6 Breve histórico do direiro penitenciário paraense .....	255
1.7 A estrutura do sistema penitenciário paraense e a população carcerária .....	277
1.8 O Universo da prisão: como se apresenta.....	300
1.8.1 Estabecimento Penal de Lisboa (EPL).....	31
1.8.1.1Caracterização.....	31
1.8.1.2 Relatório de Atividades.....	33
1.8.1.3 Execução de Penas.....	33
1.8.1.4 Vigilância e Segurança.....	34
1.8.1.5 Tratamento Penitenciário.....	35
1.8.1.6 Avaliação Final.....	36
1.9 As privações prisionais no PEM I.....	377
1.9.1 De liberdade.....	377
1.9.2 De Autonomia.....	377
1.9.3 De Segurança .....	388
1.9.4 De Relações Heterossexuais .....	399
1.10 Lei de Excução Penal (LEP) - Lei n 7.210 de 11/07/84 - estabelecimentos prisionais....	40
1.10.1 Do objetivo da LEP.....	43
1.10.2 Cooperação da Comunidade .....	43
1.10.3 Garatias dos direitos.....	43



1.10.4 Do exame criminológico .....	44
1.10.5 Da Comissão Técnica de Classificação (CTC) .....	45
1.11 Da disciplina prisional .....	45
1.12 Dos direitos e dos deveres.....	46
1.12.1 Auxílio- Reclusão .....	48
1.13 Gestão e princípios da administração pública .....	50
1.13.1 Qualidade da Gestão.....	50
1.13.2 Da assistência – indicadores de qualidade na gestão .....	52
1.13.2.1 Material.....	53
1.13.2.2 Saúde .....	54
1.13.2.3 Jurídica .....	55
1.13.2.4 Educacional .....	55
1.13.2.5 Religiosa .....	57
1.13.2.6 Social.....	57
1.13.2.7 Ao Egresso .....	61
<b>CAPÍTULO 2 - METODOLOGIA.....</b>	<b>62</b>
2.1 Caracterização e delineamento da pesquisa .....	62
2.2 Classificação da pesquisa.....	62
2.3 Quanto ao objetivo da pesquisa .....	63
2.4 Quanto a técnica da pesquisa .....	64
2.5 Quanto ao método de coleta de dados .....	64
2.5.1 Análise e tabulação dos dados .....	66
<b>CAPÍTULO 3 - APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS .....</b>	<b>677</b>
3.1. Caracterização do presídio estadual metropolitano (PEM I) .....	677
3.2. Análise dos indicadores – metodologia .....	799
3.3 Análise dos dados .....	80
<b>CAPÍTULO 4. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS .</b>	<b>96</b>
5.1 Conclusão .....	966
4.2 Recomendações para trabalhos futuros .....	988
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>100</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>102</b>

## LISTA DE FOTOGRAFIA

FOTOGRAFIA 1: Superlotação do sistema penal.....	24
FOTOGRAFIA 2: Intimidade vigiada .....	39
FOTOGRAFIA 3: Área de banho de sol .....	41
FOTOGRAFIA 4 : Atividade laboral no interior do PEM I .....	61
FOTOGRAFIA 5: Material produzido no PEM I .....	61
FOTOGRAFIA 6: Vista Frontal do PEM I .....	68
FOTOGRAFIA 07: Entrada principal com detector de metal.....	69
FOTOGRAFIA 8: Setor de Arquivo do PEM I.....	69
FOTOGRAFIA 9: Vigilância durante o banho de sol.....	70
FOTOGRAFIA 10: Prática de esporte.....	70
FOTOGRAFIA 11: Espaço criança/culto ecumênico.....	71
FOTOGRAFIA 12: Bloco carcerário – andar superior e inferior.....	72
FOTOGRAFIA 13: Cela dos VIPs.....	73
FOTOGRAFIA 14: Banheiro da cela dos VIPs.....	73
FOTOGRAFIA 15: Área Interna do PEM I.....	74
FOTOGRAFIA 16: Parlatório e Enfermaria.....	75
FOTOGRAFIA 17: Sala de Aula .....	76
FOTOGRAFIA 18: Biblioteca .....	76
FOTOGRAFIA 19: Cozinha .....	77
FOTOGRAFIA 20: Corredor carcerário .....	78
FOTOGRAFIA 21: Interno tratando do cachorro que faz a guarda no PEM I .....	78
FOTOGRAFIA 22: Container utilizado como anexo ao bloco carcerário .....	79
FOTOGRAFIA 23: Camburão com defeito .....	80

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico A: Países com maior número de presos.....	26
Gráfico 1: Naturalidade dos internos entrevistados .....	82
Gráfico 2: Faixa etária dos internos entrevistado.....	83
Gráfico 3: Percentual racial dos internos entrevistados .....	84
Gráfico 4: Estado Civil dos dos internos entrevistados.....	85
Gráfico 5: Quantidade de filhos dos internos entrevistados.....	86
Gráfico 6: Grau de escolaridade dos internos entrevistados .....	87
Gráfico 7: Atividade laboral dos internos entrevistados .....	88
Gráfico 8: Enquadramento no Código Penal Brasileiro .....	89
Gráfico 9: Situação jurídica dos dos internos entrevistados.....	90
Gráfico 10: Índice de reincidência de delitos após a soltura dos presos .....	91
Gráfico 11: Assistência educacional dos internos entrevistados.....	92
Gráfico 12: Prática religiosa dos internos entrevistados.....	93
Gráfico 13: Índice de satisfação com os serviços prestados no PEM I .....	94
Gráfico 14: Índice de satisfação quanto a gestão humanitária no PEM I.....	96

## **LISTA DE TABELA**

TABELA 1: População Carcerária.....	30
TABELA 2: Salário de Contribuição tomado em seu valor mensal .....	48

## INTRODUÇÃO

A política criminal carcerária no Brasil sempre ocorreu de maneira descolada das políticas públicas de inclusão ou de ressocialização dos apenados. A história do tratamento desumano, degradante, criminalizador e fossilizador no sistema carcerário brasileiro vêm de longe. Sob as concepções do Direito Penal positivista-legalista, a política criminal e o Sistema Penal Brasileiro – SPB padece de políticas públicas voltadas para o respeito e a dignidade da pessoa humana.

Vivemos atualmente diante de duas questões cruciais no País com relação à violência criminal: a primeira diz respeito ao aumento descontrolado dessa violência em todos os espaços. A segunda questão que também é derivada da primeira paira na adoção de política criminal sempre mais dura aumentando cada vez mais a superlotação carcerária. Na realidade é possível se dizer que no Brasil nunca houve política criminal planejada, estudada, direcionada e atualizada para a área carcerária. Como consequência mais visível, vez por outra, há erupções de megarrebeliões e o avanço do Crime Organizado se torna uma ameaça à soberania do Estado Democrático de Direito a partir das penitenciárias.

O estudo procurou analisar a gestão penitenciária e seu tratamento ressocializador para responder esse questionamento foi feito um estudo sobre a Lei de Execução Penal, em especial a Assistência (Indicadores de qualidade) prestada ao interno e as dificuldades inerentes ao Sistema Penitenciário retratando o Presídio Estadual Metropolitano I – PEM I. No estudo observa-se o estado degradante em que se encontra o Sistema Penal Brasileiro, mais especificamente o PEM I, constata-se que a Casa Penal, apesar de vencida pelo abandono das autoridades públicas, com celas insalubres, instalações elétrica e hidráulica precária. A combinação dos aspectos físicos e o conteúdo humano dessa unidade prisional se aperfeiçoa a degradação e na promiscuidade da convivência (ou sobrevivência) de presos provisórios e condenados, primários e reincidentes, doentes físicos e mentais misturados com sadios. Concretamente, o princípio da individualização de execução da pena é ignorado. Apesar de todas as mazelas do sistema penal público O PEM I é considerado um avanço em gestão de cadeia pública, sua administração procura se adequar as exigências da LEP.

Ao Sistema Penal coube a função de custodiar os cidadãos que desrespeitam a lei. Contraditoriamente, é na prisão que se materializa a repressão e o controle social. Ao ser recolhido à prisão, o ser humano é compelido a abdicar de sua cidadania e de sua

personalidade, passando a internalizar condicionamentos sociais da comunidade carcerária, ou seja, acumulando hábitos e valores imperantes e cultura prisional.

O problema penitenciário constitui na atualidade, um dos maiores desafios enfrentados pelo poder público em todo o mundo e em especial no Brasil. Esse desafio tem-se mostrado permanente, e se agravado com o decorrer do tempo, devido ao fenômeno do crescimento populacional e da lentidão do estado em solucionar angustiantes problemas sociais (desemprego, falta de habitação, êxodo rural, saúde, alimentação, etc.) que contribuem muito para formação de numerosos bolsões de pobreza na periferia das cidades.

As prioridades estabelecidas pelos governantes, para resolver estas graves questões, não obedecem às exigências lógicas da necessidade de sobrevivência da população, conduzindo-a aos caminhos da marginalidade. Presídios e Penitenciárias são organizações que invocam imagens socialmente degradantes, das quais a mais imediata e óbvia é a do local de provação. Nelas o cidadão infrator experimenta os custos da infração aos códigos normativos da sociedade. Segregados da família, dos amigos e de outras relações socialmente significativas, o preso desespera-se, vai cotidianamente refletir sobre o ato criminoso e senti representação mais direta da punição. Recolhendo produtos socialmente definidos como deteriorados, as penitenciárias não apenas os expõem a técnica de sofrimento, como oferecem a essa matéria-prima um espaço de interação e aprendizagem, do qual resulta “conversão” de novos adeptos a uma perspectiva criminosa. São, Nesse sentido, “Universidades do Crime”, local de socialização e aperfeiçoamento de técnicas delinquentes.

As ideologias de humanização das Penitenciárias - desde o século XIX até nossos dias - conservaram a metáfora educacional da instituição, interpretando-a, porém, em um sentido fundamental para a compreensão do seu papel e função.

As penitenciárias não deveriam ser “Universidade do Crime” e tão pouco escolas do sofrimento, pelo contrário, deveriam atuar como instituições educacionais, no sentido da correção das incompetências comportamentais de seus internos, com o objetivo de transformá-los em indivíduos aptos a preencher as exigências normativas que a sociedade impõe a seus membros.

O objetivo geral da dissertação é analisar através dos indicadores de qualidade, a gestão carcerária, no Presídio Estadual Metropolitano I, avaliando se casa penal esta em acordo com preceitua a Lei de execução penal 7.210/84.

Os objetivos específicos do trabalho são: conhecer a realidade do Presídio Estadual Metropolitano I; demonstrar as dificuldades inerentes ao Sistema Carcerário; verificar se a aplicabilidade da Lei nº. 7.210/84 está em consonância com a realidade carcerária do PEM I; observar como é o cotidiano dos internos e dos funcionários do PEM I, medir a qualidade dos serviços prestados no PEM I, medir a satisfação com a gestão humanitária do PEM I.

A metodologia aplicada no presente estudo, na teoria (análise e discussão de referências bibliográficas sobre os aspectos da prisão, do Sistema Penal e da Lei de Execução Penal) e na prática, ou seja, no campo pesquisado (coleta de dados documentais, observação, abordagem, conversas informais com a equipe técnica e entrevistas com os internos), a coleta de prontuário, discute-se os quadros resultado da pesquisa quantitativa realizada com os internos. As informações coletadas na pesquisa de campo não serão divulgadas individualmente, mas através de dados tabulados do todo, a fim de preservar a privacidade e o sigilo dos entrevistados.

Na presente dissertação é abordado o universo prisional e as consequentes privações advindas desta perda de liberdade tais como: autonomia, segurança e relações heterossexuais tomando como referência bibliográfica autores como Goffman, Thompson entre outros. A posteriormente comento a Lei de execuções Penais 7.210 de 11/07/84 (que regula a Execução das Penas e das Medidas de Segurança), e seu Objetivo, a Cooperação da Comunidade, a Garantia de Direitos, o Exame Criminológico, a Comissão Técnica de Classificação, a Disciplina Prisional, as Assistências como indicadores de qualidade.

E finalmente a experiência vivenciada no PEM I, a metodologia aplicada e as considerações finais.

Tem-se como finalidade precípua da presente, não oferecer a solução para um problema já arraigado na triste realidade brasileira, mas tão somente, de alguma maneira ajudar a alertar sobre o estado que dos presídios brasileiros em especial ao PEM I.

## **Justificativa**

A proposta deste trabalho esteve focada na busca por informações, através de uma pesquisa de campo, junto à Penitenciária Estadual Metropolitana I (PEM I) onde o se pretende conhecer o perfil dos presos e discutir a situação do cárcere em duas frentes de ação do poder público que são: a superlotação do presídio e a situação judicial dos presos. O primeiro, reflexo

da morosidade do Setor Judiciário em julgar e dar um destino final para os presos que esperam o julgamento e segundo, como consequência do primeiro que leva à superlotação, uma vez que presos que cometeram delitos menores estão na mesma situação daqueles que cometeram delitos mais graves, ocasionando desta forma a superlotação, fato este que foge muitas vezes ao controle dos gestores do presídio uma vez que, com a superlotação, torna-se difícil controlar o ímpeto dos presos pela condição em que são submetidos dentro do PEM I.

## **Objetivos**

### **Objetivo Geral**

O objetivo desta dissertação é analisar através dos indicadores de qualidade, a gestão carcerária, no Presídio Estadual Metropolitano I, avaliando se a casa penal está em acordo com que preceitua a Lei de Execução Penal 7.210/84.

### **Objetivos específicos**

- conhecer a realidade do Presídio Estadual Metropolitano I;
- demonstrar as dificuldades inerentes ao Sistema Carcerário;
- verificar se a aplicabilidade da Lei nº. 7.210/84 está em consonância com a realidade carcerária do PEM I;
- observar como é o cotidiano dos internos e dos funcionários do PEM I;
- medir a qualidade dos serviços prestados no PEM I.
- medir a satisfação dos internos quanto a gestão humanitária no PEM I.

### **Estrutura da Dissertação**

A sequência deste trabalho apresenta-se estruturalmente a partir de capítulos, constituídos pelos elementos introdutórios, revisões bibliográficas abordando a temática da inovação, e os resultados da pesquisa de campo realizada, assim como as considerações e referências que serviram de base para o desenvolvimento deste trabalho.

Desta forma, na introdução uma contextualização da inovação na gestão da casa é enfatizada, de maneira a apresentar a proposta desta pesquisa, assim como a justificativa e os objetivos que circundam o contexto que rege esta pesquisa.



No capítulo dois podem-se visualizar os mecanismos metodológicos responsáveis por nortear o desenvolvimento deste trabalho, desde o planejamento ao seu desenvolvimento. No do capítulo três, os resultados obtidos com a pesquisa de campo são apresentados em uma sequência baseada na ordem dos questionamentos realizados junto aos internos que contribuíram para a realização do referido trabalho.

Posteriormente, a conclusão apresenta as considerações, inerentes a proposta e aos resultados obtidos o longo da pesquisa, contemplando os principais aspectos pesquisados. Sequencialmente, nas referências bibliográficas é possível visualizar o campo de pesquisa realizado com os internos. Ao fim deste trabalho, é possível visualizar em anexo, os documentos que serviram de apoio durante a realização do trabalho em campo.

As informações coletadas ao longo da pesquisa, bem como as considerações e conclusões inerentes ao desenvolvimento da proposta compreendem a composição deste trabalho, o que poderá ser observado ao longo de sua análise.

## **CAPÍTULO 1 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **1.1 Modelo do Sistema Penitenciário na sociedade disciplinada**

Segundo Foucault (2001a), o modelo do novo sistema penitenciário surgiu na Europa na passagem do século XIII para o século XIX e serviu, entre outras coisas, como um laboratório para constituição de um corpo de saber sobre o criminoso e seus delitos. As prisões desse novo modelo carcerário são tecnologias políticas típicas do novo modelo de Sociedade: a Disciplina, surgida no final do século XVIII, por ocasião da instalação do Estado-Nação (pós-Revoluções Americana e Francesa) em substituição a Sociedade de Soberania do Estado Absolutista.

Segundo ainda Foucault (2001a), inicialmente, as prisões foram criadas para vigiar, punir e registrar continuamente o indivíduo e sua conduta, limitar seus espaços e controlar o seu tempo. Para cumprir esse objetivo, as prisões necessitavam de um projeto arquitetônico, este foi elaborado pelo empirista e jurista inglês Jeremy Bentham, em fins do século XVIII, descrito por Foucault: Ele consiste num amplo terreno com uma torre no centro e, em sua periferia, uma construção dividida em níveis e celas. Em cada cela, havia duas janelas que permitiam a vigilância das celas. As celas são como 'pequenos teatros', onde cada ator está sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível. O detento, deste modo, torna-se visível ao supervisor, porém apenas a este, ele é privado de qualquer contato com as celas contíguas. Ele é objeto de uma informação, jamais sujeito numa comunicação. Foucault(2001a), ressalta que isto se dava através da indução do detento a um estado de objetividade, de permanente visibilidade. O detento não pode ver se o guarda está ou não na torre, portanto, deve se comportar como se a vigilância fosse constante, infinita e absoluta. A perfeição arquitetônica é tal que, mesmo que o guarda não esteja presente, o aparelho de poder continua a funcionar (*apud* DREYFUS & RABINOW, 1995).

O modelo Bentham é contínuo, disciplinar e anônimo podendo ser acionado por qualquer um que esteja na condição de fazê-lo e qualquer um pode estar sujeito a seus mecanismos. Se esse modelo funcionasse infalivelmente não haveria violência nas prisões, pois os presos, por não saberem quando estão sendo vigiados tornar-se-iam guardiões de si próprios. Conforme Foucault (2001a), o modelo produz, ao mesmo tempo, saber, poder, controle do corpo e controle do espaço, numa tecnologia disciplinar integrada. É um esquema de poder de constante vigilância de seus habitantes.

É uma tecnologia do poder disciplinar ao mesmo tempo faz vigilância, observa, faz segurança e saber, isolamento e transferência, encontrou, na prisão, o lugar ideal para sua realização. No entanto, Uma dimensão extremamente importante do funcionamento do sistema de prisão é o fato de que ele nunca conseguiu cumprir suas promessas. Desde o seu nascimento e até o presente, as prisões não funcionaram. A descrição de Foucault do número de reincidências e a uniformidade da reforma retórica é tocante. As prisões não corresponderam às exigências para as quais eram as únicas qualificadas: produzir cidadãos normais a partir de criminosos empedernidos.

Na visão Foucaultiana a análise deve girar não em torno do fracasso das prisões, mas a que objetivos ou lições que se pode tirar com os supostos fracassos (que ao final nem fracassos são). Neste caso, seria necessário supor que a prisão e os castigos não sejam destinados a suprir as infrações, mas antes, a "distingui-las, distribuí-las, utilizá-las; que eles visem, nem tanto a tornar dóceis aqueles que estão prontos para transgredir as Leis, mas que eles tentem organizar a transgressão das Leis numa tática geral das sujeições" (2001b).

## **1.2. A consequente evolução da pena de prisão – breve consideração**

Desde os primórdios da humanidade, o homem possui como característica a proteção em todos os sentidos. Sua principal influência é o desenvolvimento da razão, dom não atribuído a nenhum outro animal, organiza-se sempre em grupo ou sociedade. No entanto, a interação social nem sempre é harmônica, pois nela o homem revela alguns comportamentos que são condenados, nesses casos, torna-se necessário a utilização de meios capazes de espiar o seu pecado.

É possível afirmar que, através dos tempos, o homem aprendeu a viver numa verdadeira "*societas criminis*". É, então, que surgiu o Direito Penal, e, juntamente com ele, a Pena para o transgressor do bem jurídico, com o intuito de defender a coletividade e prover uma sociedade mais pacífica.

Se houvesse à certeza de que se respeitaria à vida, à honra, à integridade física e os demais bens jurídicos do cidadão, não seria necessária a existência de um acervo normativo punitivo, garantido por aparelho coercitivo capaz de pô-lo em prática. Não haveria, assim, o "*jus puniendi*", cujo titular exclusivo é o Estado.

Contudo, o homem evoluiu e esqueceu-se que a criminalidade, tanto fora como dentro do Sistema Penitenciário, tem evoluído juntamente a passos largos. É degradante, sob o ponto de vista sócio jurídico, a realidade em que se encontra a prisão na atualidade.

O terror pelo qual o preso passa faz, muitas vezes, com que se arrependa da ação que causou a sua prisão. Porém, frente a este castigo, torna-se, ainda, mais apto a reincidir, já que a política ressocializadora não consegue ser concretizada.

### **1.3. O sistema penitenciário brasileiro**

A indistinção de infrações penais: a falta de distribuição equitativa e justa, a falta de aproveitamento de infratores menos perigosos nas prisões brasileiras vêm, ao longo do tempo, transformando o Sistema Penitenciário Brasileiro numa constante escola de aperfeiçoamento para violência criminal em todos seus aspectos. A privação da liberdade do ser humano, como forma de punição pela prática de ilícitos criminais, gerou o surgimento de estabelecimentos destinados a guardar indivíduos que representam um risco à sociedade organizada. O Brasil administra um dos maiores sistemas penais do mundo ficando entre os dez. A população carcerária está distribuída em vários estabelecimentos carcerários, incluindo penitenciárias industriais terceirizadas, presídios e cadeias públicas, casas de detenção, distritos e delegacias policiais, colônias agrícolas, centros de observação e recuperação, casas de albergados, hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico e os núcleos para menores, nos quais convivem centenas ou milhares de pessoas em forma de comunidade. Essa coexistência grupal deu origem a um sistema social controlado dentro da sociedade livre.

Foucault (1998, p.153) questiona:

Para que serve o fracasso da prisão; qual é a utilidade desses diversos fenômenos que a crítica continuamente denuncia? Serve para a delinquência, indução em reincidência, transformação do infrator ocasional em delinqüente habitual, organização de um meio fechado de delinquência.

São várias as finalidades que o regime prisional visa alcançar. Thompson (2002) enumera essa multiplicidade de fins em "confinamento, ordem interna, punição, intimidação particular e geral e regeneração". Outra finalidade de grande importância não mencionada, seria a necessidade de fornecer ao preso um aprendizado técnico ou profissional que lhe permita exercer uma atividade laborativa honesta, para que assim se adapte de forma completa à sociedade.

O Sistema Penitenciário Brasileiro vive, ao final deste século XX, uma verdadeira falência gerencial. A nossa realidade penitenciária é arcaica, os estabelecimentos prisionais, na sua grande maioria, representam para os reclusos um verdadeiro inferno em vida, onde o preso se amontoa a outros em celas (seria melhor dizer jaulas de homens) sujas, úmidas, anti-higiênicas e superlotadas, de tal forma que, em não raros exemplos, presos dormem sentados, enquanto outros revezam em pé.

Por sua vez, a promiscuidade interna das prisões brasileiras é tamanha, que faz com que o preso, com o tempo, perca o sentido de dignidade e honra que ainda lhe resta, ou seja, em vez do Estado, através do cumprimento da pena, nortear a sua reintegração ao meio social, dotando o preso de capacidade ética, profissional e de honra, age de forma contrária, inserindo o condenado num sistema que, para Oliveira (1997, p. 83), nada mais é do que:

“um aparelho destruidor de sua personalidade”, pelo qual: “não serve para o que diz servir; neutraliza a formação ou o desenvolvimento de valores; estigmatiza o ser humano; funciona como máquina de reprodução da carreira no crime; introduz na personalidade a prisionalização da nefasta cultura carcerária; estimula o processo de despersonalização; legitima o desrespeito aos direitos humanos.”

Nota-se assim, que o desrespeito ao preso brasileiro não atinge apenas os seus direitos, agride a sua própria condição de ser humano, rebaixando-o à situação de animal insignificante

A situação carcerária no Brasil não somente se constitui num caos, mas tende a se transformar numa erupção constante de megarrebeliões. As frequentes rebeliões e motins que ocorrem nos presídios e cadeias públicas no Brasil continuarão acontecendo com maior força, ainda.

Quando em 1971, na França, Foucault diagnosticou que as prisões iriam “pegar fogo”, muitas autoridades e estudiosos da época o ignoraram. Porém, o início de uma onda de motins que se estendeu pelos estabelecimentos penitenciários franceses durante o inverno de 1971-1972. Mais de trinta canais de detenção e centrais tornaram-se palco de greves e motins. Esses movimentos que serão sucedidos pelos de 1973, estão na origem da reforma penitenciária de meados dos anos 1970... Os detentos humilhados, usados e explorados, tornaram-se uma força coletiva em face da administração.

Para Foucault, esta força dava testemunho do início de um processo, essa sublevação era a primeira manifestação de 'uma luta política encetada contra todo o sistema penal pela

camada social que era sua primeira vítima. Esses fatos demonstraram o quanto Foucault (2001b), estava correto em sua análise e quanto acreditava que o poder, mesmo sendo o de dominação sobre apenados precisa ser dosado coordenadamente. O que se tem de analisar não é uma teoria ou um conceito sobre o poder, mas como ele opera. A dominação não é a essência do poder, mas que o poder se exerce tanto sobre o dominado como sobre o dominante. É possível perceber que há nas relações de poder um processo dialético que é transferido às relações sociais proporcionando a autoformação ou a auto obediência.

Nesta ótica, as relações de poder operam de forma objetiva, intencional, estratégica, gradual, lógica e articulada. Constituindo-se numa forma geral e definidora das relações de poder com a vida cotidiana nas Instituições Disciplinares, especificamente nas prisões. Quando não se compreende e não se segue as normas de como o poder deve ser operado este pode causar grandes resistências, superiores as suportáveis e aí o exercício do poder não produz, mas provoca o caos. É nesse aspecto que o autoritarismo das leis e do poder público no Brasil tem proporcionado megarebeliões e motins constantes nas penitenciárias e cadeias por todo o País.

O poder não é uma mercadoria, uma posição, uma recompensa ou um trauma, é a operação de tecnologias políticas através do corpo social. Para compreender o poder e sua materialidade, seu funcionamento diário, devemos nos remeter ao nível das micro práticas, das tecnologias políticas onde nossas práticas se formam. O poder não estar restrito às instituições políticas. O poder representa um 'papel diretamente produtivo', 'ele vem de baixo', é multidirecional, funcionando de cima para baixo e também de baixo para cima. Na prisão, tanto os guardas quanto os prisioneiros são alocados sob as mesmas operações específicas de disciplina e vigilância, sob as restrições concretas da arquitetura da prisão (DREYFUS & RABINOW, 1995, pp. 203-204). O que foi observado claramente na pesquisa de campo.

#### **1.4. O tratamento reeducativo do sistema penitenciário brasileiro**

A reeducação tem por objetivo formar a pessoa humana do recluso, segundo sua própria vocação, para reinseri-lo na sociedade, no sentido de sua contribuição na realização do bem comum.

O tratamento reeducativo é uma educação tardia do recluso, que não a obteve na época oportuna. A esse direito corresponde a obrigação da assistência educativa, prevista no Art. 17 da LEP.

O legislador não adotou o termo “Tratamento Penitenciário”, preferindo a denominação “Assistência Penitenciária” que, segundo o Art. 10 da LEP, tem por objetivo a reinserção social do preso e prevenção da reincidência. São instrumentos do Tratamento Penal: Assistência, Educação, Trabalho e Disciplina.

Destaca-se que o Tratamento Reedutivo do Sistema Penitenciário Brasileiro compreende um conjunto de medidas penais, sociológicas, educativas, psicológicas e métodos científicos que são utilizados numa ação compreendida junto ao cidadão que infringiu a lei, com o objetivo de tentar modelar a sua personalidade para preparar a sua reinserção social e prevenir a reincidência.

Nos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, fatores estruturais de antiga e enraizada concepção, tornam mais graves as tensões nos presídios e penitenciárias, provocando, com isso, com frequência assustadora, sobretudo nos últimos anos, explosões de ódio, violência e desespero, que resultam em mortes, fugas, desagregação familiar e prejuízos materiais.

FOTOGRAFIA 1: Superlotação do Sistema Penal



Fonte: A GAZETA, reportagem Geraldo Nascimento (2011).

### **1.5. Recuperação do sistema penitenciário brasileiro**

Thompson (2002), deixa claro que qualquer providência no sentido de se reverter o quadro crítico do Sistema Penitenciário Brasileiro só terá êxito se alcançados dois objetivos imprescindíveis:

O primeiro seria Propiciar as penitenciárias condições de realizar a regeneração dos presos; o segundo é dotar o conjunto prisional de suficientes números de vagas, de sorte a habilitá-lo a recolher toda clientela que, oficialmente, lhe é destinado.

Ocorre que, para alcançar tais objetivos, seria necessário que o Estado destinasse, periodicamente, uma grande verba para construir novas penitenciárias, recuperar as já existentes e manter um grande quadro de servidores para se assegurar o bom funcionamento do estabelecimento e fornecer aos presos programas destinados a sua recuperação, reeducação e reintegração ao meio social.

Porém, o Estado Brasileiro não é capaz de tornar possível a concretização desta realidade observada nos sistemas prisionais dos países de primeiro mundo. Nosso país mal consegue manter serviços essenciais como saúde e educação, alegando falta de verbas. O que dizer então do Sistema Penitenciário?

O governo só investe neste Sistema quando não há mais saída, ou seja, quando, por imperativo de segurança nacional, o Estado não tem outra alternativa, pois os estabelecimentos prisionais se transformaram em verdadeiros barris de pólvora prontos a explodir e por em risco toda a sociedade.

Diante da falta de vontade política para realizar a recuperação do Sistema Penitenciário Brasileiro, é necessário buscar outras alternativas, como a aplicação do direito penal alternativo conjugado com o princípio da intervenção mínima, onde a prisão seria a última das alternativas.

Albergaria (1996) vai além, prevê o desaparecimento das penas privativas de liberdade. “A pena de prisão desaparecerá no futuro, quando a doutrina encontrar medidas alternativas que tenham a força intimidativa da prisão”.

A Organização das Nações Unidas (ONU), na tentativa de buscar o melhoramento das condições das prisões, formulou um documento em 1955, que aprova as Regras Mínimas para o Tratamento dos Presos. Desde então a ONU passou a recomendar oficialmente a adoção de formas de pena não restritivas de liberdade.

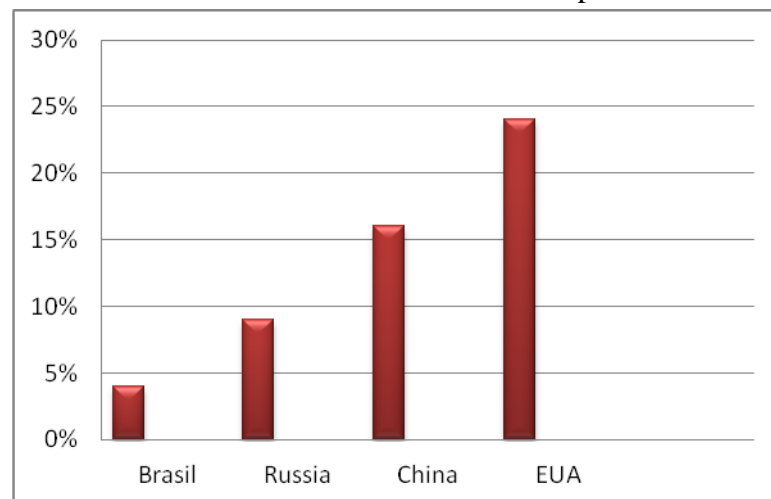
Entretanto, só em 1990 a Assembleia Geral da ONU aprovou a Resolução 45/110, que estabeleceu as Regras Mínimas das Nações Unidas para a elaboração de medidas não privativas de liberdade, também conhecidas por Regras de Tóquio (BRASIL, 1993), cidade que sediou a Assembleia.



As Regras de Tóquio tem sido de grande importância para o combate ao crime e empenho dos povos para adotar as várias maneiras de substituir as penas de prisão, levando em consideração o respeito aos direitos humanos, as exigências da justiça social e a necessidade de reabilitação do cidadão infrator.

Mediante essa adequação de penas, seguindo as orientações das resoluções da ONU e vontade política de nossos governantes na liberação de verbas públicas para recuperar reestruturas e manter nosso Sistema Penitenciário, teríamos, além de uma significativa redução em nossa população carcerária, uma estrutura material e de pessoal suficientes para trabalhar na recuperação e reintegração social do preso e/ou egresso.

GRÁFICO A: Países com maior número de presos



Fonte: GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ: **Relatório da Superintendência do Sistema Penal**, 2013.

De acordo com dados no mês de março de 2010, a Superintendência do Sistema Penal Paraense aponta que o Brasil é o 4º país do mundo com o maior número de presos. Somados Brasil, Rússia, China e EUA, resultam em mais da metade da população de presos no mundo.

Observo que o principal problema enfrentado pela realidade do sistema carcerário brasileiro é o tratamento do recluso, os presos brasileiros são tratados como animais e as penitenciárias não tem condições de ressocializá-los, ressaltando que a construção de penitenciárias, além do custo muito elevado, é um sistema comprovadamente ineficaz.

### 1.6 Breve histórico do direito penitenciário paraense

Sobre a história do Direito Penitenciário Paraense, apenas alguns livros existem na literatura jurídica do Pará. O primeiro livro foi impresso em Portugal, em 1912, denominado

“Ciência Penitenciária” de João Batista de Vasconcelos Chaves, radicado no Pará. Era partidário do Sistema Progressivo (irlandês) e criticava o Celular; era contrário a pena de morte, mas defendia a prisão perpétua; criticava as falhas de adaptação feita pelo legislador brasileiro ao modelo italiano.

O segundo trabalho é o livro “Penas e Sistema Regressivo”, de Mariano Antunes de Souza, publicado em 1925 e reeditado em 1977. No seu livro, Antunes dedica um extenso capítulo ao Sistema Penitenciário do Pará. No período da publicação desta obra eram cinco métodos penitenciários existentes: Pensilvânico ou Filadélfia (Pensilvânia); Auburniano (Pensilvânia); da servidão penal inglesa (Inglaterra); Progressivo ou irlandês (Irlanda) e de Elmira ou Prisão Variável (EUA).

O terceiro foi editado em 1990, intitulado “Estudo Sobre os Sistemas Penitenciários, apresentado ao Congresso Jurídico Americano que fora convocado pela *Societe Generale des Prisons* de Bruxelas, de autoria do Desembargador Antonio Bezerra da Rocha Moraes”.

Na sua obra o desembargador demonstrou as vantagens do Sistema Celular Moderno, praticado nas prisões belgas de Louvain e Sant Gilles. Era também favorável ao modelo Pensilvânico moderno, isto é, o que evitava a promiscuidade sem isolamento absoluto e com a separação entre os encarcerados.

A história da nossa legislação penal pode ser dividida em três períodos: O do Regime Colonial, dos primeiros anos do Império até a promulgação do Código de 1930; o que decorreu dessa data à queda da Monarquia; e o da Legislação Republicana.

No atual estado do Pará, lançados os fundamentos da cidade de Santa Maria de Belém, construídas as primeiras e ligeiras fortificações feitas de pau-a-pique e colocados os canhões que haviam sido trazidos pelos colonizadores, logo começaram as rixas e desavenças entre os locais. Um marco histórico da primeira prisão que teve a cidade, foi o assassinato do bravo e estimado Capitão Álvaro Neto, tendo como autor o Capitão Antonio Cabral. A proteção afrontosa que a este foi dispensada levou uma guarnição do forte a tramar a prisão de Francisco Caldeira Castelo Branco, fundador e primeiro Capitão-mor do Pará, que, afinal, foi preso em 18 de novembro de 1619, metido em ferros e recolhido numa das habitações no recinto fortificado.

Com a evolução das formas de governo e uma crescente conscientização do mundo civilizado, nossas leis ao longo dos anos passam por novas reformulações. Com estudos especiais na área da penologia, os governos são obrigados a adotarem medidas que atenuem de algum modo a situação dos reclusos que abarrotam as nossas infectas prisões.

## **1.7 A estrutura do sistema penitenciário paraense e a população carcerária**

A Superintendência do Sistema Penal do Pará - SUSIPE, criada através da Lei Estadual nº 4.713, de 26 de maio de 1977, é responsável pelo planejamento e execução da Política Penitenciária do Estado, nos termos da Lei 4.370, de 15 de dezembro de 1971, foi regulamentada pelo Decreto Lei nº 8.407, de 05 de julho de 1973, e está diretamente subordinada a Secretária do Estado do Interior e Justiça - SEJU. Desde a criação, sua estrutura organizacional já passou por várias modificações, justificadas pela constante alteração na legislação que trata da questão penitenciária e políticas voltadas à área da segurança pública.

A partir da Lei nº 6.212 de 28 de abril de 1999, que dispõe sobre a criação, estruturação e funcionamento das Secretarias Especiais de Estado e que institui o Colegiado de Gestão Estratégico integradas pelos Secretários Especiais de Estado sob a presidência do Governador do Estado, foi criada a Secretaria Especial de Defesa Social - SEEDS, com intuito de articular e coordenar a formulação, acompanhamento e avaliação da Política de Defesa Social, nos campos da segurança pública, da defesa das garantias dos direitos individuais e coletivos e do enfrentamento de situações de risco do coletivo, vinculando a Superintendência do Sistema Penal do Estado, que passa a ter a seguinte composição organizacional:

### **I – Nível de Gestão Estratégica**

- 1) Superintendente
- 2) Coordenador Geral Penitenciário
- 3) Conselho Penitenciário do Estado do Pará – Órgão Vinculado

### **II – Nível de Assessoramento**

- 1) Gabinete do Superintendente – GAB
- 2) Assessoria de Comunicação Social – ACS
- 3) Assessoria de Segurança Institucional – ASI

### **III – Nível de Gerência Superior**

- 1) Corregedoria Geral Penitenciária
  - a) Seção de Disciplina
  - b) Seção de Correição

- 2) Procuradoria Jurídica

### **IV – Nível de Gerência Executiva**

- 1) Núcleo de Reinserção Social – NRS

1.1) Divisão de Assistência Integrada – DAÍ

1.2) Divisão de Trabalho e Produção– DTP

1.3) Divisão de Educação Prisional – DEP

1.4) Divisão de Saúde Prisional – DSP

**2) Núcleo de Administração Penitenciária – NAP**

2.1) Divisão de Unidades Metropolitana – DUM

2.2) Divisão de Unidades do Interior – DUI

O sistema primitivo de prisão não é mais tolerado pela SUSIPE que pretende transformar o caráter do criminoso, ensinar-lhe um ofício ou uma profissão, sujeitá-lo a um regime apropriado, no qual ele perceba que se colocou em antagonismo com a sociedade, inculcando-lhe o amor ao trabalho lícito, o amor a si mesmo e ao próximo, de modo a não persistir na vida criminosa, o que se constitui nos propósitos atuais da SUSIPE, tendo em vista a constatação de que a ciência penitenciária já não é uma simples teoria de prisão, o tratamento dado pela Superintendência do Sistema Penal Paraense - SUSIPE, ela tem por fim, transformar os infratores na defesa da sociedade.

Todos os países civilizados empenham-se na organização de suas prisões introduzindo reformas, aperfeiçoando-as, instalando oficinas e colônias penais, classificando os presos, dando-lhes relativo conforto, mantendo rigorosa higiene, ministrando-lhes instrução educacional e profissional, que são as vertentes de como o Sistema Penitenciário Paraense se insere na nova política penitenciária.

Executar a política de assuntos penitenciários desenvolvendo os mecanismos estratégicos que visem o aprimoramento da segurança, disciplina e da custódia nas unidades penitenciárias, prover o condenado e ao egresso de assistência material, saúde, jurídica, educacional, social e religiosa, promover o desenvolvimento profissional do condenado ou do egresso, proporcionando-lhes trabalho remunerado, promover a assistência às famílias dos internos, firmar parcerias com organizações nacionais e internacionais, públicas e privadas, estabelecer e manter atualizada uma rede de informações sobre a vida e situação penal do condenado, internado e egresso adotando princípios que promovam a valorização, formação, capacitação, motivação e melhoria da produtividade dos servidores, está é a missão da Superintendência do Sistema Penal - SUSIPE.

Com relação a população carcerária o governo do Pará acompanha a demanda que vem crescendo a cada dia. Foram construídos, para tanto, cinco cadeias públicas, penitenciárias e blocos carcerários recuperados e ampliados. Hoje, a SUSIPE dispõe de 6.115 vagas nas casas penais e seccionais. Em março de 2010, apesar de tutelar 9.164 presos, o mesmo órgão dispõe apenas de 6.115 vagas. Hoje, apesar do avanço considerável, o déficit da população da região metropolitana é de 35,72%, no interior é de 75,58%. Vê Tabela.

TABELA 1: População Carcerária

SUSIPE				
VAGAS RMB	3.945			
VAGAS INTERIOR	2.170			
VAGAS TOTAL	6.115			
		EXCEDENTE		
POPULAÇÃO RMB	5.354	35,72%		
POPULAÇÃO INTERIOR	3.810	75,58%		
POPULAÇÃO TOTAL	9.164	49,86%		
POR SITUAÇÃO JURÍDICA	POPULAÇÃO	REPRESENTATIVIDADE %		
A. CONDENADOS	2.847	31,07%		
B. PROVISÓRIOS	4.607	50,27%		
C. CONDENADOS/ PROVISÓRIOS	1.710	18,66%		
B + C (AGUARDANDO DEFINIÇÃO)	6.317	68,93%		
POPULAÇÃO CARCERÁRIA CUSTODIADA PELA SUSIPE	9.164	100,00%		
* Fonte: Núcleo de Administração Penitenciária/ SUSIPE				
POLÍCIA CIVIL	PRESOS	REPRESENTATIVIDADE %		
PRESOS DELEGACIAS REGIÃO METROPOLITANA **	404	23%		
PRESOS DELEGACIAS INTERIOR **	1.334	77%		
POPULAÇÃO CARCERÁRIA CUSTODIADA PELA POLÍCIA CIVIL	1.738	100%		
* Fonte: Polícia Civil				
** RMB Atualizado de 15/03/2010 --- INTERIOR Atualizado de 08/03/2010	PRESOS	VAGAS	EXCED	
TOTAL PRESOS NO PARÁ (SUSIPE + DELEGACIAS)	10.902	6.115	78%	
	PROVISÓRIOS	B + C		
PRESOS PROVISÓRIOS (SUSIPE + DELEGACIAS)	6.345	58%	8.055	73,89%

Fonte: GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ: **Relatório da Superintendência do Sistema Penal**, 2013.

## **1.8 O Universo da prisão: como se apresenta**

A aplicação generalizada da pena privativa de liberdade propiciou o aparecimento de um grande número de comunidades fechadas. Apesar de a política criminal ter por objetivos: desenvolver efetiva política de promoção do homem no plano social; defender a instituição das penas alternativas; apoiar a descriminalização e a despenalização; atentar para as avançadas modalidades criminosas, como poluição sonora, do ar, das águas, crimes digitais e Crime Organizado; disciplinar eticamente os programas de televisão que banalizam a violência e o sexo; ampliar as vagas do sistema penitenciário, evitando o recolhimento de condenados e presos provisórios em delegacias policiais; construir mini prisões para abrigar no máximo 300 reclusos; construir presídios de segurança máxima em regiões fronteiriças ou em zonas de grande concentração de criminalidade violenta; promover permanentemente assistência jurídica aos condenados, aos presos provisórios, aos internados e aos egressos, através das Defensorias Públicas, dos Serviços de Assistência Judiciária mantidos pela OAB, assim como Escritórios de Prática Forense dos Universidades ou Faculdades de Direito; e outros.

Nos presídios, passaram a conviver indivíduos de diferentes procedências, quer de família, de ambiente ou religião, com idade, costumes ou nível sócio - econômico – cultural os mais diversos, separados de forma abrupta da sociedade livre e desenvolvendo obrigatoriamente uma vida própria.

Essa sociedade prisional propicia um ambiente fechado muito particular, com regime específico, resultante, inicialmente, da imposição decretada por ordem judicial.

O Sistema Prisional não representa hoje, apenas uma simples questão de muros e grades, de celas e trancas, mas é visto como uma sociedade dentro de uma sociedade, onde foram radicalmente alterados numerosos comportamentos e atitudes da vida livre.

Por sua vez, a Instituição Prisional como o PEM I tem como objetivo maior custodiar a manutenção da ordem interna dessa sociedade, que concentra um poder repressivo nas mãos de poucos, abrindo um infindável abismo entre mandantes e mandados, um verdadeiro regime totalitário em que os presos são submetidos a um controle externo, através da constante vigilância e minucioso regulamento, a uma estrutura severa e limitada, de privacidade impossível, em que a conduta e intimidade de cada um é observada pelos demais.

Como diz Thompson (2002), “os processos e efeitos da prisionização atuam sobre os partícipes da relação penitenciária”. A prisionização leva à desorganização da personalidade, à deformação do caráter, à degradação do comportamento e do abandono dos padrões de conduta da vida exta-muro.

Por igual, também o corpo de administração, os carcereiros, os guardas, os Psiquiatras, os Psicólogos, os Assistentes Sociais e diretores do estabelecimento sofrem o mesmo processo de assimilação e prisionização.

Toda pessoa quando submetida à prisão de certa forma e com certa extensão se prisioniza até inconscientemente vai assimilando o “modus vivendi” os hábitos costumes e as imposições carcerárias. (THOMPSON 2002).

#### 1.8.1 Estabelecimento Prisional de Lisboa (EPL)

O EPL localiza-se no Concelho de Lisboa (Distrito de Lisboa), na Rua Marquês da Fronteira, n.º54 1099-011 LISBOA. Classificado pelo ministério da justiça português como de alta segurança, sendo que seu grau de complexidade de gestão é elevado.

##### 1.8.1.1 Caracterização

O Estabelecimento Prisional de Lisboa (EPL) é um serviço externo da DGSP – Direção Geral dos Serviços Prisionais, classificado como estabelecimento central, não dotado de autonomia administrativa, que tem por missão assegurar a execução das penas e medidas privativas de liberdade, garantindo as condições para a reinserção social dos reclusos (artº. 8º, do Decreto-Lei nº. 125/2007, de 27 de Abril). O complexo prisional do E.P.L. é constituído por um edifício principal, de planta em estrela, concebido segundo o sistema Panóptico, começado a construir em 1873. O conjunto integra hoje diversos edifícios, que foram surgindo ao longo do tempo por obras de melhoramento e ampliação, no intuito de adaptar o estabelecimento prisional, datado do Séc. XIX, às necessidades da organização prisional, incluindo obras de qualificação no interior do edifício mais antigo. O Estabelecimento Prisional de Lisboa, além do edifício central, que o caracteriza, e onde funciona também uma escola (lecciona diversos níveis de ensino aos reclusos do EPL), conta com estruturas construídas autónomas onde funcionam as oficinas (de mecânica - auto, carpintaria, serralharia, tipografia / encadernação, eletricidade), lavandaria, ginásio, um anfiteatro habitualmente utilizado para espetáculos e

outras atividades lúdicas, e um edifício construído para a "Casa do Pessoal" e organização de seminários e debates. O edifício principal, construído em formato de estrela, é composto por 6 corpos paralelepípedicos, desenvolvidos em 4 pisos, e com cobertura em telhado de duas águas, articulados a um corpo central de planta poligonal, com 12 lados (Redondo). A disposição em estrela cria espaços descobertos, aproveitados para recreio dos reclusos, encontrando-se em alguns deles um campo desportivo. O alojamento dos reclusos realiza-se, neste edifício, a partir de alas alfabetadas de A a F, a cada uma correspondendo um corpo ou braço da planta e onde funcionam em cada uma delas um ginásio, refeitório e bar. Para além destas alas, existe ainda um pavilhão pré-fabricado (Ala H), com 22 camaratas distribuídas por dois pisos e uma unidade terapêutica autónoma (Ala G) com 13 camaratas e 6 celas individuais, distribuídas por um piso. As celas dispõem-se de um lado e outro, todas dotadas de sanitários, contando cada ala ainda com camaratas, balneário, refeitório, bar/sala de convívio, sala de musculação e biblioteca. Relatório de Atividades 72 A cada uma das alas corresponde um tipo de reclusos, relacionado com a situação em que se encontra dentro do estabelecimento: ala A – Unidade Livre de Drogas - reclusos livres de drogas; ala B – reclusos condenados - inativos, em transito, trabalhadores, estudantes e em formação profissional; ala C – reclusos condenados e preventivos com mais de 40 anos de idade, reclusos aderentes ao programa “Metadona” e reclusos alojados no sector disciplinar; ala D – reclusos condenados e preventivos com idade inferior a 21 anos; ala E – ala de preventivos - sector de admissão de reclusos, sector de separação e de cumprimento de medidas disciplinares em celas individuais; ala F – reclusos condenados e preventivos e casos especiais derivados à tipologia de crime; ala G – Unidade Livre de Drogas - reclusos livres de drogas; ala H – reclusos condenados - trabalhadores e RAI. No ano de 2010 devido às grandes restrições financeiras foram efetuadas algumas intervenções nos edifícios do EPL e algumas obras de manutenção que, no entanto, não solucionaram os problemas existentes, nomeadamente, a nível de infiltrações em várias instalações. Fez-se a manutenção dos parques de estacionamento junto ao bairro dos funcionários. Devido à sobrecarga eléctrica o quadro geral rebentou pelo que o EPL esteve quatro dias a ser fornecido de energia eléctrica. A DGSP chamou a si a reparação do referido quadro. Em Outubro/Novembro houve o rebentamento dos esgotos, através de saturação com detritos e de nunca terem sido limpos. Foram chamadas duas empresas a Limpersado, que num fim de semana e gratuitamente, prestou o serviço, depois através de concurso foi a Ambibompal, que veio efetuar o resto do trabalho. Andaram no EP Lisboa 10 dias e conseguiram efetuar a



desobstrução e limpeza da rede de esgotos. Todo o sistema da rede de esgotos entrou em rotura, as tampas rebentaram, as salas ficaram inundadas e o centro eléctrico situado nos baixos chegou a ser afetado. Os telhados continuam a necessitar de uma intervenção e a rede telefónica também. A situação dos equipamentos da cozinha também carece de intervenção. O fornecimento de água quente está muito deteriorado, já que 2 dos 4 depósitos estão inativos. Depois da comunicação à DGSP está em estudo uma intervenção em que será necessário a compra de novos depósitos.

#### 1.8.1.2 Relatório de Atividades

Recursos Humanos Pessoal a exercer funções no EPL, em 31-12-2010: 59 civis, incluindo o pessoal de saúde e 230 elementos do corpo da guarda prisional. Relativamente à formação profissional houve 166 funcionários que frequentaram 36 ações de formação. Durante o ano de 2010, foram instaurados os seguintes processos: 538 inquéritos; 72 visitantes; 3 acidentes de trabalho; 9 acidentes em serviço; 3 acidentes de viação; 3 disciplinares.

#### 1.8.1.3 Execução de Penas

No decorrer do ano de 2010 realizaram-se 26 Conselhos Técnicos ; Foram colocados 40 reclusos em RAI. Foram colocados 4 reclusos em ERA, concedidos 270 pedidos de saída precária prolongada e foram também concedidas 263 saídas de curta duração. Foram apreciados 142 processos graciosos de liberdade condicional e concedias 76 liberdades condicionais. Foram pedidos 21 indultos, dos quais foram concedidos 1. Saíram 26 reclusos com vigilância electrónica. Instauraram-se 538 processos disciplinares a reclusos, tendo sido findos 385 e ficado pendentes 153. As infracções disciplinares mais cometidas, no âmbito do 265/79, foram: negligência na limpeza e na ordem da sua pessoa ou quarto de internamento 6; atitude nociva relativamente aos companheiros 30; linguagem injuriosa 2; Jogos ou atividades similares não consentidas 3; simulação de doença 7; posse ou tráfico de objetos não consentido 45; comunicação fraudulenta com o exterior e em caso de isolamento com o interior 2; atos obscena ou contrários ao decoro 2; Atitude ofensiva relativamente a funcionário no exercício e em virtude das funções 7; inobservância de ordens ou atraso injustificado no seu cumprimento 25; instigação e participação em desordem 13; contratos não autorizados 2; Factos previstos na lei como crime 30. As medidas disciplinares mais aplicadas, no âmbito do 265/79, foram: repreensão 25, perda parcial ou total de concessões feitas 2; internamente em quarto individual

até um mês 11; internamente em cela disciplinar até um mês 89. As infrações mais comuns, previstas no art.º 103º da Lei 115/2009, foram: divulgar dolosamente notícias ou dados falsos relativos ao E.P. 1; efetuar negócio não autorizado com outro recluso 2; introduzir, produzir, fabricar, ter em seu poder ou guardar objetos proibidos 65; Destruir, danificar, bens de reduzido valor do E.P., funcionários ou de outros reclusos 7; resistir a ordens legítimas dos Relatório de Atividades 74 funcionários no exercício das funções 4; praticar facto previsto na lei como crime que dependa de queixa particular 5; Não cumprir com os deveres impostos nos termos legais ou regulamentares 6. As infrações mais comuns, previstas no art.º 104º da Lei 115/2009, foram: divulgar dolosamente notícias ou dados falsos relativos ao E.P. criando perigo à ordem e segurança 3; insultar, ofender ou difamar, de forma pública e notória recluso ou terceiro 4; insultar, ofender ou difamar, de forma pública e notória funcionário 2; destruir, danificar bens do E.P. de valor económico significativo 3; resistir com violência ou desobedecer de forma pública e notória a ordens; introduzir, produzir, fabricar, ter em seu poder ou guardar objetos proibidos 23; introduzir, produzir, fabricar, ter em seu poder ou guardar substância tóxica, fármacos ou bebida alcoólica 24; intimidar ou estabelecer relação de poder ou autoridade com recluso 9; ameaçar, coagir, agredir ou constranger a ato sexual, recluso, funcionário ou terceiro 52; promover ou participar em motim ou ato coletivo de insubordinação 5; praticar facto previsto na lei como crime cujo procedimento não dependa de queixa 15; Não cumprir com os deveres impostos nos termos legais ou regulamentares 12. Destas infrações decorreram, ao abrigo do art.º 105º da Lei 115/2009, as seguintes sanções disciplinares: repreensão escrita 40; permanência obrigatória no alojamento até 30 dias 59; internamento em cela disciplinar até 21 dias 101.

#### 1.8.1.4 Vigilância e Segurança

No decurso do ano procedeu-se a 1 330 buscas a celas. Procedeu 5 135 diligências assim distribuídas: P.S.P. 220; G.N.R. 7; S.E.F. 1; P.J. 258; tribunais 2964; hospitais civis 337; hospital prisional 574, clínicas particulares 41; transferências 227; remoções para Monsanto 399; outras situações 106. atividade que implicou 5 780 movimentos de reclusos e 5581 movimentos de guardas.

#### 1.8.1.5 Tratamento Penitenciário

Educação e ensino: realizaram-se 15 969 entrevistas de acolhimento e de acompanhamento e 9 834 relatórios e pareceres: Número de alunos que frequentaram as atividades letivas do Ano Letivo 2009/2010: EFA B1 – 19 alunos; EFA B2 25 alunos; EFA B3 30; ensino secundário (10º, 11º, 12º) 31 alunos; ensino superior 1 aluno; curso extra-escolar de alfabetização 9 alunos; extra-escolar de língua e cultura Relatório de Atividades 75 portuguesa para estrangeiros 14 alunos; curso extra-escolar de inglês 54 alunos. Os resultados obtidos resultaram na apresentação de proposta de prêmios de aproveitamento escolar no valor total de €17 960,00 (dezassete mil novecentos e sessenta euros). Número de alunos que iniciaram as atividades escolares no Ano Letivo 2010/2011: EFA B1 18 alunos; EFA S 12 alunos; ensino secundário (11º ano e 12º ano) 15 alunos; ensino superior 2 aluno; curso extra-escolar de alfabetização 11 alunos; Formação profissional e atividade laboral: No ano de 2010 desenvolveram atividade laboral no estabelecimento prisional 425 reclusos distribuídos pelas áreas de faxinagem, tipografia, mecânica - auto, serralharia, carpintaria, construção civil (manutenção), eletricidade, central de vapor, canalização, Componentes Eléctricos, Copidata, Eurotermo e Cafés Delta. Ocupação de tempos livres: No ano de 2010 foi dada continuidade ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido no campo da atividade desportiva. Relativamente ao desporto individual, decorreram atividades de musculação, remo “indoor”, ténis de mesa e supino. No que respeita às atividades coletivas, decorreram torneios de voleibol, basquetebol, futsal, damas e cartas. Para além das atividades diárias ao nível de cada Ala do estabelecimento prisional, dinamizámos campeonatos inter-alas e jogos convívio com entidades externas. Participámos nos torneios dinamizados pelos Serviços Centrais da DGSP, nos quais obtivemos excelentes resultados. No campo da formação desportiva, realizámos ações de formação para árbitros. Dinamizámos atividades ligadas à poesia, música e teatro. Festejamos os Santos Populares. Saúde: Relativamente ao acompanhamento médico dos reclusos no período em análise, importa referir o número de consultas realizadas/programadas nos serviços clínicos do Estabelecimento Prisional: infecciologia 725 consultas; medicina dentária 2986 consultas; psiquiatria 1456; psicologia 1854 consultas; clínica geral 3334 consultas. No que respeita a consultas/atos médicos no exterior, ocorreram no ano de 2010 cerca de 1220 deslocações ao exterior para esse efeito; Relações com o exterior: No ano de 2010, 1646 reclusos receberam visitas do exterior que implicaram um total de 75 942 atos de visita. No âmbito da atividade dos visitantes e do voluntariado foram desenvolvidos 6 projetos de voluntariado, nos quais

participaram 21 voluntários e 268 reclusos. Em referência a visitas por parte de outros organismos externos, importa registar visitas por parte de: embaixadas 28; visita de auditores de justiça do CEJ; Conselho Português para os Refugiados; Relatório de Atividades 76 visita dos alunos da Faculdade de Medicina de Lisboa; visita da Associação dos Filhos e Amigos do Sector de Piche; visita Comemorativa do Dia do Advogado (Ordem dos Advogados); visita da Delegação de Beijing (China)

#### 1.8.1.6 Avaliação Final

Ao fazer uma avaliação final, importa referir o sucesso da totalidade das saídas jurisdicionais e de curta duração, concedidas aos reclusos durante o ano de 2010 neste Estabelecimento Prisional. O EPL superou dois dos objetivos que lhe foram fixados para o ano de 2010 e não atingiu os outros dois pelos seguintes motivos: Um dos objetivos, uma Ação de Formação alusiva ao CEP não teve um carácter obrigatório de frequência, pelo que apenas foi frequentada por 152 funcionários, perfazendo aproximadamente 52,5%, do total dos 289 de funcionários afetos a este estabelecimento, não sendo possível cumprir a meta dos 80% do público alvo. O outro objetivo não atingido deveu-se, em grande parte, à falta de funcionários administrativos de que padece este estabelecimento prisional, uma vez que a Secção de Pessoal esteve em funcionamento apenas com um funcionário durante cerca de três meses, cujas funções foram executadas em acumulação com o Serviço de Fax. As entidades nacionais e estrangeiras que visitaram o EPL, demonstraram grande satisfação da forma em como foram recebidas, assim como com todos os funcionários, reclusos e seus familiares e fornecedores de bens e serviços. Relativamente aos aspectos negativos, é importante referir a falta de verbas disponíveis para aquisição de diverso material necessário para o bom funcionamento deste Estabelecimento, nomeadamente para aquisição de diverso material informático (consumíveis) e outro material de escritório. Este Estabelecimento Prisional enfrenta sérias dificuldades no sector da vigilância, por falta de efetivos. Durante o ano de 2010, a média ocupacional do EP foi superior a 1100 reclusos, tendo sido efetuadas 5135 diligências, para um efetivo de 230 guardas prisionais. Ainda no que concerne ao sector dos recursos humanos, este Estabelecimento Prisional continua a ter falta de funcionários administrativos em todos os seus sectores, sendo forçosamente necessário sobrecarregar os poucos funcionários existentes com um maior volume de trabalho, bem como com outras tarefas que não se encontram enquadradas na respectiva categoria profissional. Salienta-se ainda o facto de alguns dos poucos

funcionários administrativos que se encontram a exercício de Relatório de Atividades 77 funções, terem já solicitado a sua aposentação. Desta forma corre-se o risco de a qualidade do trabalho apresentada por estes, não ser a mais desejada.

## **1.9 As privações prisionais no PEM I**

### **1.9.1 De liberdade**

A privação de liberdade é o pior dos sofrimentos que se pode impor ao ser humanos. O rompimento compulsório com a família, com os filhos, com o recinto e a privacidade do lar, via de regra, é o mais difícil de suportar.

É uma dupla privação: o confinamento na instituição e o confinamento dentro da instituição. Ademais, estar preso implica, como diz Goffman (1996).

“numa morte civil, perdendo o detento uma série de direitos que lhes são garantidos pelas leis do país e ainda significa que perdeu o direito de ser considerado um membro confiável da sociedade”.

Mesmo após o cumprimento da pena e o retorno à sociedade, o interno agora chamado de egresso tem alguns laços anteriores restabelecidos, outros, porém, são irrecuperáveis como: o tempo não empregado com a gestão dos negócios, com atividades técnicas e profissionais, com seus aperfeiçoamentos, criação e educação dos filhos, privacidade familiar, etc.

### **1.9.2 De Autonomia**

No Sistema Prisional, o estado de subordinação à direção do estabelecimento, aos guardas (agentes prisionais), aos regulamentos, às regras, aos horários, às ordens, às revistas, é total. Tal situação não enseja a mínima possibilidade de escolha de outra opção por parte do preso. A obediência ao comando e ao corpo burocrático não permite ao interno manifestar sua opinião, externar sua vontade ou interesse.

O automatismo coercitivo a que são submetidos todos os reclusos retira-lhes completamente a iniciativa e até os desejos mais reservados, a ponto de apresentarem-se hesitantes entre o fazer e o não fazer. Esta situação enfraquece a personalidade do encarcerado ao serem tolhidos de todo e qualquer poder de decisão.

Tal característica é agravada pela perda absoluta do direito de intimidade, porque mesmo que o preso tenha direito ao cubículo, está sempre sujeito às revistas. Podem ser

acordados a qualquer hora pelos guardas para procederem às conferências em seus pertences, em suas roupas, em suas camas.

FOTOGRAFIA 2: Intimidade vigiada



FONTE: Pesquisa de campo no PEM I (2014).

### 1.9.3 De Segurança

A privação de segurança faz-se sentir com grande intensidade no dia-a-dia do prisioneiro com frequência assustadora, a grande violência, brutalidade e ameaças que ocorrem nos meios prisionais, culminando, muitas vezes, em rebeliões, motins, fugas e mortes.

Os motins, as fugas e as consequentes mortes são, na verdade, uma constante em nossas prisões. No intramuros os detentos não possuem meios de defesa frente aos ataques, ameaças de toda ordem, agressões tanto físicas quanto morais, estas, por meio de piadas, gracejos, deboches, além de abusos e atentados.

Na detenção não existe ala (cela) sem um líder reconhecido por todos. É o “Xerife” (de acordo com o interno entrevistado é o termo utilizado pelos encarcerados no PEM I) o qual exige submissão dos demais, com expedientes que parecem um tanto exótico na sociedade extramuros, mas que, na prisão, são aceitos com naturalidade.

A tortura, a sevícia, a arbitrariedade e o desrespeito já datam de muitos anos, inclusive, culminando com a própria morte no interior das prisões.

Eu estou no inferno, eu vejo companheiros de cela serem torturados, ou seja, agredidos nas mãos dos canas ou morrem nas mãos de outros

companheiros de xadrez, consigo sobreviver não sei como, tenho que me fazer de forte para não apanhar, ou coisa pior.  
(RELATO DE UM INTERNO DO PEM I)

Frente a um quadro totalmente dominado pela insegurança e falta de garantia individual, perigo constante, pressão e terror, o preso vive numa atmosfera de violência, abuso, corrupção e morte, torna-se impotente, não lhe restando outra alternativa, senão a submissão.

#### **1.9.4 De Relações Heterossexuais**

Tratar sobre o homossexualismo com internos de certa forma é delicado, pois envolve confiança do entrevistado para com o entrevistador. Não é fácil falar desta privação imposta na prisão, que para o detento é uma das mais terríveis de todas as privações, ou seja, é o tolhimento da prática de atos heterossexuais.

Impedido de manter relações heterossexuais, sente-se ferido em sua masculinidade e então é acometido de um verdadeiro sentimento de castração simbólica. Para aplacar tal situação, o interno apela para o homossexualismo.

Os internos entrevistados relatam que nas Casas Penais, onde cumpriam ou cumpriram (caso dos reincidentes) pena, havia um dia específico para visita íntima, mas, segundo os mesmo, é insuficiente para amenizar tal situação, apesar da minoria admitir que praticam atos homossexuais no período de reclusão, afirmam que não são homossexuais e que apenas são ativos, o que segundo eles não caracteriza o homossexualismo.

É muito ruim ficar preso sem direito a nada principalmente a sexo, a visita era apenas uma vez por semana. Tive que praticar sexo com as bonecas, ou seja, os gays que estão presos lá naquele lugar, mas não pense que sou fresco, sou ativo. (RELATO DO INTERNO DO PEM I).

FOTOGRAFIA 3: Área de banho de sol



FONTE: Pesquisa de campo no PEM I (2014).

Os internos também reclamaram que no PEM I só quem pratica exercícios físicos (futebol) são os internos que trabalham na Casa, e os demais apenas tomavam banho de sol por uma hora diária e que na maior parte do tempo viviam no ócio, aumentando assim seu desejo sexual.

Observei que alguns internos se tornam travestis na casa penal, até mesmo para sobreviver sem sofrer nenhum um tipo de agressão física, tornam-se amantes dos xerifes, ou seja, dos chefes de cela.

#### **1.10 Lei de Execução Penal (LEP) - lei nº 7.210 de 11/07/84 – estabelecimentos prisionais**

A LEP foi criada com o objetivo de proteger os direitos substantivos e processuais daqueles que estão no cárcere cumprindo penas, garantindo-lhes, inclusive, assistência jurídica, de saúde, educacional, sociocultural, religiosa, material e trabalhista. Com efeito, o preceituado nesses dispositivos legais não é aplicado na prática no cotidiano das prisões em todo o Brasil, mas observou-se que a realidade do PEM I tenta se adequar ao que prevê a LEI. Porém como um todo no Brasil o sistema penal e sua administração têm sido focos de ferrenhas críticas por órgãos ligados aos Direitos Humanos e pela imprensa nacional e internacional. São inúmeros os pressupostos de que o sistema penitenciário brasileiro encontra-se em crise chegando à beira do caos, fato que se constatou em campo, porém, no que desrespeito a gestão do PEM I tem se



mostrado apta a resguardar as necessidades do interno. Essas crises vão desde as incompatibilidades do sistema legislativo punitivo ao sistema de administração carcerária. Deste modo, a questão carcerária está sempre em constante debate por estudiosos e autoridades do poder público na tentativa de se encontrar solução. O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP, por exemplo, adotou ações complementares para a administração criminal e penitenciária estabelecidas nas resoluções N.ºs. 016, de dezembro de 2003 e 03, de setembro de 2005. O objetivo do CNPCP é regulamentar com eficiência a administração da Justiça Criminal na execução das penas e de medidas de segurança aos presos, prevenindo a violência criminal dentro dos presídios e realizando inspeção e fiscalização para que presos de dentro das prisões não comandem ações criminosas extramuros dos diversos presídios espalhados pelo Brasil.

O artigo 82 da LEP prevê diferentes tipos de estabelecimentos penais, os quais se destinam as execuções das penas privativas de liberdade; a execução da medida de segurança; a custódia do preso provisório e aos cuidados do egresso. A LEP atendeu ao princípio da classificação penitenciária, que é prevista na Constituição Federal, artigo 5º, inciso XLVIII.

O artigo 83 prevê para estabelecimentos penitenciários, dependências com áreas de serviços para as atividades do tratamento reeducativo, sobrepondo-se às imposições de segurança.

Os estabelecimentos penais classificam-se segundo as diferentes fases da progressão de regime de cada detento: a) Regime Fechado; b) Regime Semiaberto; c) Regime Aberto.

E são assim distribuídos:

1 – **Centro de Observação** – realiza os exames gerais e/ou criminológico, cujo os resultados serão encaminhados a comissão técnica de classificação (art.96 LEP);

2 – **A Penitenciária** – destina-se ao condenado à pena de reclusão em regime fechado (art. 87 LEP), no caso o PEM I;

3 – **A Colônia Agrícola ou Industrial** – destina-se ao cumprimento da pena em regime semiaberto;

4 – **A Casa do Albergado** – destina-se ao cumprimento da pena privativa de liberdade, em regime aberto, e da pena de limitações de fim de semana;

**5 – A Cadeia Pública** – destina-se ao recolhimento de presos provisórios (art.102 LEP);

**6 - Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico** – destina-se aos inimputáveis e semi-imputáveis.

As “orientações” do Ministério da Justiça (1997) preveem para todo projeto de estabelecimento penal os seguintes locais: a) Instalações de administração, com salas para serviço jurídico, social, psicológico; b) Assistência religiosa e culto (capela ecumênica e auditório); c) Escola e biblioteca; d) Prática de esportes e lazer; e) Oficinas de trabalho; f) Refeitório; g) Cozinha; h) Lavanderia; i) Enfermaria; j) Parlatório; l) Visitas reservadas aos familiares; f) Cella individual.

A cela individual e a construção em horizontal da prisão constituem as duas ideias essenciais do estabelecimento penal moderno. A ideia de um tratamento mais adequado ao preso, dando-lhe assistência, orientação, todos os cuidados especiais para alcançar a sua recuperação e ressocialização, segundo estudiosos e pesquisadores do penitenciarismo, começou a evoluir a partir da Segunda Guerra Mundial. Depois de 1945, foram realizados os primeiros congressos internacionais penais e penitenciários, com a tendência de se formar uma opinião comum em relação às questões das execuções das penas de privação de liberdade. A importância desses congressos iniciais dos criminólogos e sociólogos ganhou um significado todo especial, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) passou a ser sua principal promotora.

O primeiro congresso da ONU sobre Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquent, realizado em 1955 em Genebra, tratou de estabelecer “Regras Mínimas para o Tratamento de Reclusos” cuja finalidade foi definir os princípios e as regras de uma boa organização penitenciária e de prática relativa ao tratamento dos presos.

No Brasil, foram desenvolvidos estudos pelos juristas Roberto Lyra e Oscar Stewenson, no sentido de elaboração de um anteprojeto do Código de Execução Penal. Não houve, á época, qualquer progresso ante as objeções que se faziam quanto à constitucionalidade de iniciativa da União para legislar sobre regras jurídicas fundamentais do regime penitenciário.

A lei específica que regula a execução penal vem recebendo, modernamente, a denominação de Direito Penitenciário. Isto porque este ramo do Direito consiste num conjunto de regras jurídicas que regulam a execução das penas e seus objetivos.

#### **1.10.1 Do objetivo da LEP**

Dispõe o artigo 1º da Lei 7.210 “que a execução penal tem por objetivo efetuar as disposições de sentenças ou decisão criminal, a proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado”.

O núcleo do primeiro dispositivo da lei de execução penal reside no tratamento penitenciário. Ou seja, quer o legislador a correta aplicação dos mandamentos contidos nas sentenças e decisões criminais, ofertando aos apenados e internados os meios necessários a uma boa participação construtiva na comunidade social. (MIRABETE, 1994, p.62).

Está evidente, portanto, que o sistema penitenciário brasileiro abraçou a teoria da regeneração do preso, tentando reintegrá-lo à sociedade, o que se constata na gestão do PEM I.

#### **1.10.2 Cooperação da Comunidade**

O Estado não teria condições de concretizar um programa destinado ao enfrentamento de problemas referentes ao delito, ao delinquente e à pena, sem a participação indispensável da comunidade. Eis porque o artigo 4º, da lei 7.210, dispõe que o Estado deve recorrer à cooperação da comunidade nas atividades de execução da pena ou da medida de segurança.

A comunidade deve participar ativamente do processo de recuperação do preso e no procedimento de execução da pena, quer através de um Conselho (Art.80 da LEP), pelo qual seus membros visitarão os estabelecimentos penais, mantendo com os presos entrevistados e participando da obtenção de recursos materiais e humanos para uma melhor assistência a eles, quer através de pessoas jurídicas ou naturais, que assistam ou fiscalizem as reações penais no meio fechado ou no próprio meio livre, proporcionando aos reclusos oportunidade de trabalho durante o cumprimento da pena, assim como assistência material e espiritual.

Infelizmente no que dispões esse artigo o PEM I ainda não alcançou essa meta leagl.

#### **1.10.3 Garantia dos direitos**

Ao Condenado serão assegurados todos os direitos pela sentença (Art. 3º da LEP). Afastados o direito à liberdade, cerceado pela sentença, os direitos políticos também suspensos

pelo ato decisório, assim como aqueles eventualmente restringidos, todos os demais estão garantidos pela lei comentada.

Neste caso, a condenação não extingue aqueles direitos do homem que são, por natureza, próprio do ser humano, como o direito à assistência e à vida, o direito à integridade corporal, o direito ao matrimônio, à propriedade privada, etc.

#### **1.10.4 Do exame criminológico**

Conforme o Código Penal e a LEP, o exame criminológico está na base dos regimes de execução da pena privativa de liberdade.

Dispõe o artigo 8º da LEP que “o condenado ao cumprimento da pena privativa de liberdade, em regime fechado, será submetido a exame criminológico para obtenção dos elementos necessários para uma adequada classificação e com vistas à individualização da execução”.

O tratamento do preso está condicionado ao exame criminológico, que compreende quatro fases distintas, a saber: estudo social, exame clínico, entrevista psiquiátrica e exame psicológico. No PEM I existe esta equipe multidisciplinar para realização do exame, porém o que dificuldade a individualização é a questão estrutural da casa penal.

O estudo social fica a cargo do Assistente Social e tem por finalidade reconstituir a história do cidadão que infringiu a lei, a sua vida nos diversos meios que frequentou, assim como a própria história do crime.

O exame clínico e a entrevista psiquiátrica ficam a cargo do Médico Psiquiatra, compreendendo o estudo dos antecedentes familiares e pessoais, condições físico-mentais do delinquente e bem assim o emprego de testes e eletroencefalograma, além de outros indispensáveis a um diagnóstico dirigido a um eficiente tratamento penitenciário.

O exame Psicológico busca a compreensão do “eu” do interno investigando a contribuição da hereditariedade e do ambiente na gênese do delito.

Realmente, o exame criminológico tem por objetivo realizar um diagnóstico do cidadão infrator, a prognose de sua conduta futura e o programa de tratamento ou plano de readaptação social. Do resultado dos diagnósticos da personalidade do criminoso deduzem-se as conclusões quanto à probabilidade de reincidência e a possibilidade de reeducação.

Com relação aos recursos humanos no PEM I não há queixas, porém a falta de recursos financeiros inviabiliza muito o processo de ressocialização.

#### **1.10.5 Da Comissão Técnica de Classificação (CTC)**

O exame da personalidade do recluso é o fundamento do tratamento penitenciário. Averíguam-se os desvios da personalidade através do exame criminológico feito em Centro de Observação (Art. 96 da LEP) e encaminham-se à Comissão Técnica de Classificação, que é composta pelo diretor, que será o presidente, dois chefes de serviço (de educação e disciplina), o Psiquiatra, o Psicólogo, o Assistente Social e um representante da comunidade (Art. 7º da LEP). No PEM I o interno passa por esta comissão para exercer atividades educacionais ou laborais.

Além da classificação do condenado, a Comissão deve elaborar o programa individualizador da execução da pena, após receber os exames oriundos do Centro de Observação e, na falta deste, a lei permite que estes sejam realizados pela própria CTC.

A Comissão Técnica de Classificação acompanhará a execução das penas privativas de liberdade e restritivas de direitos, devendo propor, à autoridade competente, as progressões e regressões de regimes, bem como as conversões. É responsável pela expedição de parecer, quando do processamento do pedido de livramento condicional dos condenados.

#### **1.11 Da disciplina prisional**

A Lei de Execução Penal atribui um conceito de disciplina, considerando-a como “colaboração com a ordem na obediência das determinações das autoridades e seus agentes, no desempenho do trabalho e sujeitando a ela os condenados à pena privativa de liberdade ou restritiva de direito e o preso provisório” (Art. 44 e seu parágrafo da LEP).

Os responsáveis pelos estabelecimentos penais devem fazer cumprir as obrigações dos reclusos, utilizando-se de meios disciplinares para tais, sem, contudo, desrespeitar os direitos fundamentais do ser humano. A disciplina, entretanto, não é bem aceita no meio prisional, ou seja, no PEM I, eis que a obediência às regras disciplinares custa muito, especialmente, quando as pessoas recolhidas, ali estão, exatamente porque desobedeceram as regras de conduta imposta pela lei.

Fui condenado há sete anos no regime fechado, estou quase quatro anos, é difícil para me adapta, já apanhei muito dos canas, fui humilhado, não obedecia as regras impostas (RELATO DO INTERNO PEMI).

Para que o recluso não venha alegar desconhecimento, impõe a lei que a casa penal tem a obrigação de cientificar ao condenado ou denunciado, referindo-se logicamente ao preso provisório, no início do cumprimento da pena ou da prisão provisória, das normas disciplinares vigentes no estabelecimento prisional (Art. 46 da LEP).

As faltas disciplinares (Art. 49 da LEP) são: leve, média ou grave. Essa gradação é feita de acordo com a especificação local. Comete falta grave o condenado à pena restritiva de liberdade que incitar, participar de movimento para subverter a ordem pública, fugir, tiver em sua pose, utilizar ou fornecer aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com ambiente externo entre outros. Comete falta grave o condenado à pena restritiva de direitos que entre outras, descumprir, injustificadamente, a restrição imposta etc.

As sanções disciplinares são, além de outras especificadas no art. 53 da LEP, a advertência verbal, repressão, suspensão ou restrição de direitos.

### **1.12 Dos direitos e dos deveres**

Os deveres e direitos dos condenados, logo que chegam no PEM I são lidos de acordo com a Lei de Execução Penal 7.210 de 11/07/84.

Estão dispostos no art. 39 os deveres, dentre os quais destacam-se o comportamento disciplinado e cumprimento fiel da sentença, a obediência ao servidor e respeito a qualquer pessoa com quem devam relacionar-se, submissão à sanção disciplinar imposta, execução do trabalho, das tarefas e das ordens recebidas.

No art. 41 estão previstos os direitos, destacam-se, ente eles, alimentação suficiente e vestuário, atribuição de trabalho e sua remuneração, proporcionalidade na distribuição do tempo para o trabalho, o descanso e a recreação, exercício das atividades profissionais, intelectuais, artísticas e desportivas anteriores, desde que compatíveis com a execução da pena.

#### **1.12.1 Auxílio- Reclusão**

O Auxílio- Reclusão é um dos direitos dos internos que é de responsabilidade da previdência social, que disponibiliza o benefício aos dependentes do segurado recolhido à prisão, durante o período em que estiver preso sob regime fechado ou semi-aberto. Não cabe

concessão de auxílio-reclusão aos dependentes do segurado que estiver em livramento condicional ou cumprindo pena em regime aberto.

Para a concessão do benefício, é necessário o cumprimento dos seguintes requisitos: o segurado que tiver sido preso não poderá estar recebendo salário da empresa na qual trabalhava, nem estar em gozo de auxílio-doença, aposentadoria ou abono de permanência em serviço; a reclusão deverá ter ocorrido no prazo de manutenção da qualidade de segurado; o último salário-de-contribuição do segurado (vigente na data do recolhimento à prisão ou na data do afastamento do trabalho ou cessação das contribuições), tomado em seu valor mensal, deverá ser igual ou inferior aos seguintes valores, independentemente da quantidade de contratos e de atividades exercidas, considerando-se o mês a que se refere:

TABELA 2: Salário de Contribuição tomado em seu valor mensal

<b>PERÍODO</b>	<b>SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO TOMADO EM SEU VALOR MENSAL</b>
De 1º/6/2003 a 31/4/2004	R\$ 560,81 - Portaria nº 727, de 30/5/2003
De 1º/5/2004 a 30/4/2005	R\$ 586,19 - Portaria nº 479, de 7/5/2004
De 1º/5/2005 a 31/3/2006	R\$ 623,44 - Portaria nº 822, de 11/5/2005
De 1º/4/2006 a 31/3/2007	R\$ 654,61 - Portaria nº 119, de 18/4/2006
De 1º/4/2007 a 29/2/2008	R\$ 676,27 - Portaria nº 142, de 11/4/2007
De 1º/3/2008 a 31/1/2009	R\$ 710,08 – Portaria nº 77, de 11/3/2008
De 1º/2/2009 a 31/12/2009	R\$ 752,12 – Portaria nº 48, de 12/2/2009
A partir de 1º/1/2010	R\$ 798,30 – Portaria nº 350, de 30/12/2009

FONTE: GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ: Relatório da Superintendência do Sistema Penal, 2013.

Equipara-se à condição de recolhido à prisão a situação do segurado com idade entre 16 e 18 anos que tenha sido internado em estabelecimento educacional ou congênere, sob custódia do Juizado de Infância e da Juventude.

Após a concessão do benefício, os dependentes devem apresentar à Previdência Social, de três em três meses, atestado de que o trabalhador continua preso, emitido por

autoridade competente, sob pena de suspensão do benefício. Esse documento será o atestado de recolhimento do segurado à prisão .

O auxílio reclusão deixará de ser pago, dentre outros motivos:

- com a morte do segurado e, nesse caso, o auxílio-reclusão será convertido em pensão por morte;
- em caso de fuga, liberdade condicional, transferência para prisão albergue ou cumprimento da pena em regime aberto;
- se o segurado passar a receber aposentadoria ou auxílio-doença (os dependentes e o segurado poderão optar pelo benefício mais vantajoso, mediante declaração escrita de ambas as partes);
- ao dependente que perder a qualidade (ex.: filho ou irmão que se emancipar ou completar 21 anos de idade, salvo se inválido; cessação da invalidez, no caso de dependente inválido, etc);
- com o fim da invalidez ou morte do dependente.

Caso o segurado recluso exerça atividade remunerada como contribuinte individual ou facultativo, tal fato não impedirá o recebimento de auxílio-reclusão por seus dependentes.

Como requerer o auxílio-reclusão: O benefício pode ser solicitado por meio de agendamento prévio, pelo portal da Previdência Social na Internet, pelo telefone 135 ou nas Agências da Previdência Social, mediante o cumprimento das exigências legais.

○ **Dependentes**

Esposo(a)/Companheiro(a), Filhos(as), Filho equiparado (menor tutelado e enteado), Pais, Irmãos(ãs), Segurado(a) contribuinte individual e facultativo(a), Segurado(a) empregado(a)/desempregado(a), Segurado(a) empregado(a) doméstico(a), Segurado(a) especial/trabalhador(a) rural, Segurado(a) trabalhador(a) avulso(a).

### **1.13 Gestão e princípios da administração pública**

A convivência em sociedade, com toda a sua heterogeneidade de ideias, sentimentos e necessidades, incorporadas pelos vários grupos organizados que habitam as comunidades trouxe, desde que passamos a nos organizar socialmente desta forma, a obrigação de um conjunto de princípios e códigos que norteasse a interação entre as pessoas.



Precisou-se, e precisa-se de um aparelho organizacional que conduza a sociedade, objetivando a melhoria das condições de vida de seus habitantes e mediando os conflitos que possam ocorrer nessa convivência, além de sistematizar os processos para atingir esses objetivos. A partir disso, e do surgimento da ideia do estado, enquanto representante das nações e de um poder regulador, tornou-se imperativo o surgimento de normas e princípios que orientassem a ação daqueles que seriam os responsáveis por conduzir esse aparelho estatal, evitando desvios de conduta e objetivando sempre o interesse coletivo. Muñoz Amato (1971) refere que a administração pública deve preocupar-se menos com aspectos políticos e da constituição do Estado. A partir disso, Leal (2006) completa afirmando que o objetivo maior da Administração Pública é o bem comum da coletividade administrada.

A administração pública é o aspecto mais atuante e presente dos governos. Representa a ação de governo, o momento de tornar práticas as medidas que beneficiarão a sociedade, especialmente quando tratamos do executivo. Desta forma, ganha importância o estudo dessa disciplina, uma vez que seus atos representarão efetivo benefício às pessoas.

Cabe lembrar, especialmente ao falarmos da situação carcerária brasileira, de alguns princípios que regem a Administração Pública do nosso país:

Legalidade – A gestão está, em toda sua atividade, presa aos mandamentos da lei, deles não podendo se afastar, sob pena da invalidade do ato e de responsabilidade do seu autor.

Impessoalidade – Qualquer atividade sob a gestão pública deve ser dirigida a todos os cidadãos, sem a determinação da pessoa ou discriminação de qualquer natureza.

Moralidade – Para Meirelles(1985), está intimamente ligado ao conceito do bom administrador, ou seja, aquele que faz pelo melhor e mais útil para o interesse público.

Publicidade – Esse princípio torna obrigatória a divulgação pública para conhecimento, controle e início dos seus feitos. O instrumento de divulgação de suas atividades é o Diário Oficial, destinado à publicação dos seus atos.

Eficiência – Orienta a atividade administrativa no sentido de conseguir os melhores resultados com os meios escassos de que se dispõe e a menor custo. Rege-se, pois, pela regra de consecução do maior benefício com menor custo possível. Tem-se que a ideia de eficiência administrativa não deve ser apenas limitada ao razoável aproveitamento dos meios e recursos colocados à disposição dos agentes públicos. Deve ser construída também pela adequação

lógica desses meios razoavelmente utilizados aos resultados efetivamente obtidos, e pela relação apropriada desses resultados com as necessidades públicas existentes

O Direito Administrativo vêm, de modo a incrementar a eficiência dos órgãos públicos, a instituição de contratos de gestão entre instituições da Administração Pública. Gaparine (2002) refere-se que tipo de contrato trata-se de um:

“Ajuste celebrado pelo Poder Público co órgãos e entidades da administração direta, indireta e entidades privadas qualificadas como orçamentária e financeira ou para lhes prestar variados auxílios e lhes fixar metas de desempenho na consecução de seus objetivos”.

A gestão penitenciária muitas vezes é comandada por gestores de indicação política que não dispõem de qualificação técnica que lhes permita conduzir todos os processos da melhor maneira possível. Os contratos de gestão dão ao chefe do executivo uma ferramenta de controle em que duas instituições do poder público assinam um contrato para a gestão do sistema carcerário e a percepção da parte que não cumprir com as metas estabelecidas no contrato, identificando onde está o problema a ser resolvido.

A implantação de contratos de gestão no Brasil tem ocorrido com grande otimismo, pois os mesmos estabelecem diretrizes para os gestores públicos e muitas vezes, orientam o trabalho diário desses agentes.

### **1.13.1 Qualidade da gestão**

A proposta da presente dissertação é avaliar a qualidade da gestão no PEM I, a partir dos indicadores. Atualmente, o Brasil não possui um índice de satisfação dos internos em cadeias públicas. Contudo, essa abordagem foi adotada por uma série de países no que diz respeito a satisfação com os serviços públicos. Basicamente, um índice de satisfação de usuários funciona da mesma maneira que um indicador econômico nacional para todos os setores. Ele avalia a satisfação de usuários em nível organizacional e então agrega esses dados para determinar medidas de qualidade industriais, setoriais e nacionais. Essa abordagem parece fornecer um grande número de benefícios, inclusive determinar se a qualidade está melhorando ou deteriorando em nível nacional, por setor e por indústria. Porém, quando a meta é melhorar o serviço aos cidadãos infratores, certas perguntas precisam ser feitas a respeito da utilidade dos índices de satisfação de usuários. A análise utiliza-se o modelo que existe nos Estados Unidos como ponto de referência.

O modelo americano tem como finalidade básica possibilitar a avaliação de um processo (plano de ação de um objetivo organizacional) e de seu resultado(atingido), comparando-o com um parâmetro estabelecido teoricamente (meta). Através da criação de indicadores para os objetivos estratégicos, norteando as ações da organização, ou seja, ele tem função de orientar e demonstrar a situação da organização, para que a avaliação seja realizada.

Um indicador é também um parâmetro de mediação de desempenho para verificarmos a situação atual em que a organização se encontra e a diferença da situação desejada, momento em que é indicado um problema. A partir disso, o indicador permite quantificar esse problema, de modo a encontrar a forma mais eficiente de superá-lo, monitorando-se esse processo de melhoria a partir da evolução dos dados apresentados pelo indicador.

A mediação de desempenho é um processo em que primeiramente definimos o que medir e, após, fazemos a coleta, o acompanhamento e a análise dos dados. Além disso, é importante que seja realizada a avaliação de desempenho, ou seja, o estabelecimento de padrões, especificações, requisitos, valores ou julgamentos que determinam o grau de desempenho de um determinado objetivo.

A complexidade da gestão carcerária torna necessária uma criteriosa análise de suas estruturas para que se definam indicadores que representem a qualidade da gestão. Uma vez que estamos falando de pessoas, e não simplesmente de “processos” ou “produtos”, a definição desses indicadores não pode basear-se nos objetivos comuns à implantação de metas gerenciais em empresas privadas, ou mesmo em outras organizações públicas que sejam agentes de mercado. A eficiência, nesse caso, nem sempre estará representada, pelo menor custo financeiro, mas sim pelo maior lucro social.

A mediação de desempenho a partir de indicadores torna possível uma análise das capacidades de organização como um todo, além de fornecer *feedback* sobre as ações que foram previamente implementadas. Sendo assim, a análise da situação do local estudado a partir de indicadores apresenta uma visão que ao mesmo tempo em que é geral (por apresentar uma visão sobre vários aspectos daquelas organizações) também específica (a partir da definição daqueles indicadores que são essenciais para a compreensão da estrutura da organização). A mediação é uma das aplicações de controle mais utilizadas, tendo como principal utilidade previsão, a estimativa e a solução de problemas. Sua função é controlar a variação de desempenho com base em padrões pré-estabelecidos de qualidade, evitando desvios

e equívocos a tempo de que os mesmos sejam evitados. Kaplan (1997) reforça a importância dos indicadores referindo que “o objetivo de qualquer sistema de mensuração deve ser motivar todos os executivos e funcionários a implementarem com sucesso a estratégia” proposta.

Para que um gestor possa elaborar e implantar uma estratégia de melhoria numa organização, é importante que ele saiba, a partir de medidas de desempenho, o quanto sua estratégia atual é adequada e eficiente.

Desta forma, serão definidos os seguintes indicadores para a análise de qualidade da gestão do sistema carcerário, baseado naquilo que a lei de Execução penal define como deveres do estado para a prevenção ao crime e a orientação para o retorno à convivência em sociedade, além da mediação do desempenho da gestão pública nessas organizações:

- Indicador de assistência material e de saúde: fornecimento de alimentação adequada, vestuário, instalações higiênicas, serviços de saúde preventiva e curativa, compreendendo atendimento médico, farmacêutico e odontológico;
- Indicadores de assistência jurídica: oferecimento de prestação de assistência gratuita aos presos;
- Indicador de assistência educacional e de trabalho: oferecimento de atividades de educação, de formação básica e profissional, de cultura e de ocupação profissional;
- Indicador de assistência religiosa;
- Indicador de assistência social e ao egresso: oferecimento de atendimento social e ao egresso;

### **1.13.2 Da assistência – indicadores de qualidade na gestão**

Sobre a assistência, a Lei de Execução Penal 7.210 de 11/07/84, em seu art.11, define: material; saúde; jurídica; educacional; social; religiosa.

Nas penitenciárias brasileiras, toda assistência ao preso é controlada pela Divisão de Atividades Técnicas e que no PEM I não é diferente, que, apesar das dificuldades, procura cumprir as principais determinações da LEP. Após a saída do interno do cárcere essa assistência continua sendo prestada (no estado do Pará) pela Casa do Egresso.

Neste tópico serão analisados indicadores de qualidade na gestão do sistema carcerário, baseado na Lei de Execução Penal.

#### *1.13.2.1 Material*

O Art.12 da LEP prescreve que “assistência ao preso e ao internado consiste no fornecimento de alimentação, vestuário e instalações higiênicas”. O problema da assistência material tem raízes na própria estrutura das economias nacional e estadual. A lei diz uma coisa, mas, na prática, no Brasil é difícil de realizar.

Apesar de alimentação ser razoável, a maioria dos internos entrevistados se queixou da rotina e da má qualidade do cardápio, ou seja, a os internos estão insatisfeitos com a alimentação oferecida. Os mesmos dizem que sempre era servido no almoço: arroz, feijão e cozido de carne vermelha. O desjejum matinal é composto de pão massa grossa, café e leite. Caso algum interno queira comer algo diferente tem que comprar na mercearia da Casa.

Com relação ao vestuário, ao ingressar na Casa Penal os internos recém um “uniforme” que com o tempo este se deteriora como não há reposição, os permite utilizar suas roupas que refletem sua personalidade e o “status” de cada um. Uma vez por mês, os presos recebem uma bisnaga de creme dental, uma barra pequena de sabão, um sabonete e um rolo de papel higiênico, porém, quando havia escassez de recursos, os presos ficavam quase quatro meses sem receber tal material, sendo suprido pelas famílias dos mesmos. Existe dentro das casas penais brasileiras, a exemplo do PEM I, um pequeno comércio, onde os mesmos podem comprar os referidos produtos a um preço justo, o que destacamos como um grande avanço.

De acordo com os internos entrevistados no PEM I, os alojamentos são individuais, para os apenados que possuem curso superior,o que está de acordo com a LEP e para os que praticam crimes sexuais, este por questões humanitária. Estas celas contém uma cama com colchão de espuma, aparelho de televisão, sanitários adequados, chuveiros, “certo conforto”; e alojamentos coletivos, para os que não possuem o curso superior, os seja, vivem em celas comuns, existem duas pedras que servem como cama com colchão, quando tem, o sanitário dessas celas é um buraco no chão, onde evacua, e lavatórios contendo apenas uma torneira. Percebe-se que há uma diferença no tratamento dos internos.

A superlotação nas celas é outro ponto que merece destaque, observei que há celas com aglomerado de internos, local insalubre, com odor insuportável.

Na questão de higiene do ambiente é prestada pelos internos como forma de remir sua pena com os dias trabalhados.

Ao serem questionados alguns entrevistados chegam até a chorar, conforme o seguinte relato:

Na cadeia, o Estado não dá a menor condição de regenerar o homem. Chego até chorar só em pensar que tenho que cumprir 10 anos, é muito ruim estar preso como animal. O que diferencia o PEM I dos demais presídios pelos quais passei é a administração humana. (RELATO DO INTERNO DO PEM I).

#### *1.13.2.2 Saúde*

Ter boa saúde é fundamental no cumprimento da pena ou durante o internamento, eis porque o recluso deve receber tratamento preventivo para evitar a ocorrência de qualquer espécie de doença, muitas delas capazes de gerar verdadeiras epidemias na comunidade carcerária. Também deve ter tratamento curativo, caso se manifeste qualquer doença, endêmica ou não.

O atendimento disponível no PEM I é médico e odontológico (Art. 14 da LEP). A saúde é péssima na maioria das penitenciárias do Brasil e não é muito diferente no PEM I. De acordo com a observação de campo, três internos são portadores de alguma doença. Uma muito comum nos dias de hoje é a AIDS.

De acordo com os internos entrevistados, as doenças mais comuns que afligem os encarcerados são doenças de pele e a gastrite que se manifesta em decorrência da comida. A Escabiose (Sarna), segundo os condenados, é a campeã, mas existem ainda a Tinea (Impigem) e pequenos ferimentos na pele.

A cárie dentária também é responsável por grande parte das doenças que atacam os presos. Com o advento do período chuvoso e da lotação penitenciária, aumentam as doenças de pulmão, como é o caso da tuberculose.

Um dos grandes problemas que os internos relatam, com relação ao atendimento médico durante sua permanência na Casa Penal, é com relação ao receituário, pois os remédios provenientes da central de medicamentos do Governo Federal, ou adquiridos pelo Estado e da farmácia básica no município, não são suficientes, apesar dos esforços dos gestor em conseguir medicamentos para suprir a necessidade.

É vital para o bom funcionamento de uma instituição penal, a existência de competente serviço médico adequadamente equipado, para poder dar atendimento às necessidades cotidianas dos internos.

Não só o serviço médico deve ser eficaz e adequado, como o suprimento farmacêutico deve ser coerente ao tipo de tratamento requerido pelo preso doente, e aquele que requer tratamento especializado deve ser transferido e tratado por um médico especialista.

Segundo Catão, Sussekind (2000).

Sem material necessário, o médico consegue apenas prestar atendimento superficial, tornando-se difícil chegar a diagnósticos mais precisos, pela impossibilidade de se conseguir na quase totalidade dos casos, de exames radiológicos ou de laboratórios.

#### *1.13.2.3 Jurídica*

A adequada assistência jurídica é uma questão prioritária e de suma importância para o interno e egresso.

Não possuindo o preso (interno) ou egressos recursos financeiros a constituição de advogado para defesa de seus direitos e postulação dos benefícios previstos em lei, deverá o Estado fornecer-lhe assistência jurídica gratuita, através de advogados de seus quadros, vinculados à Gerência da Vara Execução Criminal. O legislador (Art. 16 da LEP) obrigou as unidades da federação a manterem serviços de assistência jurídica no estabelecimento penal.

A assistência jurídica deve auxiliar os internos na fundamentação de suas reivindicações, como no pedido de transferência de regimes, visitas e outros benefícios regulamentares. Dar toda atenção aos casos de desligamento, requerendo, quando conveniente, o alvará de soltura.

Graças a Defensoria Pública estou sendo assistido dignamente se não fosse isso, estaria morando sem nenhuma assistência jurídica. (RELATO DO INTERNO DO PEMI).

#### *1.13.2.4 Educacional*

O direito à instrução e à formação profissional, é outro direito fundamental do recluso ou do egresso. Vincula-se esse direito à função pedagógica da pena, medida de segurança ou livramento condicional para a ressocialização do condenado.

A instrução tem por objetivo formar a pessoa humana do recluso ou egresso segundo sua própria vocação, contribuindo para sua reincorporação ao convívio social.

Quero voltar a estudar, ter conhecimento das palavras para saber me expressar melhor. Pretendo continuar melhorando, construí uma casa cuidar de meus filhos para que não ocorra com eles o mesmo que aconteceu comigo (RELATO DO INTERNO DO PEMI).

Para o cumprimento do dever do Estado em prestar assistência educacional, dispõe a LEP em seu Art.17 que “a assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado”. No PEM I muitos internos tem concluído os estudos o que mostra um grande avanço na gestão educacional se comparar com os demais internos do Sistema.

### **Números Positivos**

Uma conquista do Sistema Penitenciário do Pará (SUSIPE) foi o aumento de internos estudando, principalmente no PEM I. No final de 2011, eram 808 internos em sala de aula. Em 2012 são 1.204 detentos inseridos na educação formal articulada à educação profissionalizante, em unidades prisionais de Belém e do interior do Estado. Em comparação ao ano anterior, houve um aumento de 49%. Um levantamento feito pela Divisão de Educação Prisional da Susipe mostra que mais de 13% da população carcerária do Pará participam, de ações na área da educação. Esse é um indicativo de que o Pará ultrapassou a média nacional, que é 10% de presos em sala de aula. A meta é beneficiar 450 presos com cursos de capacitação, a título de educação informal.

O aumento da educação nas unidades ainda está em desenvolvimento, mas afirma que os projetos só têm a melhorar. Todas as unidades em construção já trazem no projeto arquitetônico salas de aulas. Isso facilitará o ensino, além disso, a parceria com a Seduc potencializa a educação para os internos

O estímulo profissional aos internos também faz parte das medidas de reinserção social durante o cumprimento da pena. Paralelo ao Ensino Fundamental e Médio, por meio da modalidade EJA. A Lei de Execução Penal (LEP) assegura ao preso o direito à educação. Antes, a LEP previa a remição de pena apenas por meio do trabalho, porém essa possibilidade foi ampliada. Agora, o preso também recebe o benefício se estudar - a cada 12 horas de estudo reduz um dia no cumprimento da pena. Os apenados podem acumular os benefícios do estudo e do trabalho, reduzindo ainda mais sua pena.

As ações educativas nas prisões do Pará são realizadas por meio de convênios com a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), Secretarias Municipais de Educação (SEMEC) e parcerias com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Nacional de



Aprendizagem Industrial (SENAI), Secretaria de Estado, Emprego e Renda (SETER) e Instituto de Artes do Pará (IAP).

#### *1.13.2.5 Religiosa*

O direito do interno de receber assistência religiosa, com total liberdade de cultos, é respeitado nas penitenciárias paraenses. Há um trabalho de recuperação dos detentos promovido pelas igrejas evangélicas, que tem logrado êxito segundo os próprios internos do PEM I.

É importante o fator da religião na formação da personalidade dos indivíduos, na projeção social e na influência benéfica a interação social, constituindo, em última análise, o esforço de resistência contra delinquência.

Oliveira (1997, p.127) afirma que:

Essa ação benéfica voltada para o campo espiritual, consubstanciada em programação para o tratamento científico de profissionalização, trabalho, previsão de ganho, sustento da família, atendimento de menores filhos de condenados, etc., no conjunto, certamente, levarão a meta desejada, que é o equilíbrio do homem, sua adaptação à sociedade e à família.

Na atualidade, a assistência religiosa é o carro chefe do processo de ressocialização, onde o preso busca na figura divina um refúgio para a aflição que lhe acomete durante o cumprimento de sua pena. Os internos entrevistados, que professam a religião evangélica, afirmam que se converteram no PEM I.

#### *1.13.2.6 Social*

Regulamentada pela Lei de Execuções Penais (LEP nº 7.210 de 11-7-84), a Assistência Social está especificamente disposta nos artigos 22 e 23, que “tem por finalidade amparar o preso e o internado e prepará-los para o retorno à liberdade”. E ainda: “Incumbe ao Serviço de Assistência Social”:

- I – conhecer os resultados dos diagnósticos e exames;
- II – relatar, por escrito, ao diretor do estabelecimento, os problemas e as dificuldades enfrentadas pelo assistido;
- III – Acompanhar o resultado das permissões de saídas e das saídas temporárias;
- IV – Promover, no estabelecimento, pelos meios disponíveis, a recreação;

V – Promover a orientação do assistido, na fase final do cumprimento da pena, de modo a facilitar o seu retorno à liberdade;

VI – Providenciar a obtenção de documentos, dos benefícios da previdência social e do seguro por acidente de trabalho;

VII – Orientar e amparar, quando necessário, a família do preso, do internado e da vítima”.

O Serviço Social como arte, consiste na aplicação dos conhecimentos, teorias e doutrinas que, subordinados a princípios, constituem a Ciência do Serviço Social, para alcançar, como resultado, a solução dos problemas humanos que acarretam infelicidade e, assim, obter bem-estar. Esse serviço não é, apesar da denominação, mera assistência, que consiste em diminuir ou, quando muito, eliminar os efeitos dos problemas ou das situações do assistido, mas constitui-se de tarefas e atribuições que convergem para ajudar aquele que está em dificuldades a fim de que as resolvam, proporcionando-lhes meios para a eliminação das causas desse desajuste. O Serviço Social é a arte de adaptar o homem à sociedade e a sociedade ao homem. (MIRABETE, 1994, p.73).

O Art. 41 da LEP enuncia os direitos do preso. O art.38, em adição, estatui: “O preso conserva todos os direitos não atingidos pela perda da liberdade, impondo-se a todas as autoridades o respeito à sua integridade física e moral”.

O inciso XIII desse último dispositivo diz respeito ao “direito do egresso à assistência pós-penal que decorre da obrigação do Estado de assistir moral e materialmente o recluso”. A Lei nº 7.210/84 – LEP também dispõe no seu Art.25 que a “Assistência Social ao egresso consiste, na orientação e apoio para reintegrá-lo à vida em liberdade”. O art. 27 prevê que “O Serviço de Assistência Social colaborará com o egresso para a obtenção de trabalho”.

O Assistente Social desempenha relevante serviço na recuperação do recluso, amparando-o durante o cumprimento da pena ou do internamento e preparando-o para o retorno à liberdade. Daí porque não olvidou o legislador quanto aos deveres assistenciais em tal sentido, impondo incumbências obrigatórias ao respectivo serviço (Art. 22 da LEP).

No PEM I o Serviço Social promove recreação, acompanha os resultados das permissões de saída e relata, por escrito, à direção os problemas e dificuldades enfrentadas e exames que se submetem os presos. Elabora ainda o laudo social visando examinar os processos de cada detento.

O Serviço Social desenvolve um projeto de integração, objetivando a ressocialização do recluso, com a finalidade de prepará-lo para o exercício da plena liberdade, evitando a reincidência e readaptando-o às exigências do convívio social.

De acordo com os internos entrevistados, o atendimento feito pelo Serviço Social durante o período de reclusão às suas famílias é escasso. O Serviço Social das Casas Penais não tem condições de manter um serviço sistemático de acompanhamento e de orientação à família do sentenciado, visando à prevenção do desajustamento de seus membros e a consequente marginalização.

A família do preso sofre profundamente o problema de ruptura, com afastamento de um de seus membros, já que, às vezes, o mesmo é o único responsável pelo total sustento, apoio material e social da família.

Ao retornar ao convívio social, o preso se encontra muitas vezes em situação difícil (familiar, financeiramente) e precisa de um acompanhamento social adequado.

Em virtude de tal situação a Superintendência do Sistema Penitenciário do Pará (SUSIPE) e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) promoveram oficina de reciclagem, que contou com a participação de (12) doze internos custodiados no Presídio Estadual Metropolitano I (PEM I), como tema “Artesanato em papel e papelão”.

Durante a oficina, os internos aprenderam como confeccionar armários e enfeites de parede a partir de materiais que seriam destinados ao lixo, como caixas de papelão e jornais velhos. Eles também já sabem como fabricar o verniz natural, usado para o acabamento e pintura das peças.

O curso teve duração de cinco dias, com 40 horas de aulas. O aprendizado também foi visto como possibilidade de capacitação profissional pelos internos.

“É algo que vale para a vida toda, pois pretendo usar esse conhecimento quando terminar de cumprir minha pena. Quem sabe não me torno um artesão?”

“Essas atividades aumentam o conhecimento e enriquecem o currículo, pois quando somos reintegrados à sociedade e se está procurando emprego, é preciso tentar por várias vertentes”.

Ricardo de Souza, interno do PEMI que fez o curso tecnólogo em redes de computadores na Faculdade de Castanhal (FCAT) enquanto estava no cárcere.

FOTOGRAFIA 4: Atividade laboral no interior do PEM I



FONTE: Pesquisa de campo no PEM I (2014).

FOTOGRAFIA 5: Material produzido no PEM I



FONTE: Pesquisa de campo no PEM I (2014).

#### *1.13.2.7 Ao Egresso*

A Declaração Universal dos Direitos do Homem igualmente assegura, como dever do Estado e da sociedade, o direito à assistência pós-penitenciária. Na Lei de Execução Penal nº 7210 de 11/07/84, a assistência, segundo Art. 25, consiste em:

I – Na orientação e apoio para reintegrá-lo à vida em liberdade;

II – Na concessão, se necessário, de alojamento e alimentação, em estabelecimento adequado, pelo prazo de dois meses.

Parágrafo único. O prazo estabelecido no inciso II poderá ser prorrogado uma única vez, por declaração do Assistente Social, o empenho na obtenção do emprego.

A LEP prevê um atendimento aos egressos, promovendo condições necessárias para a tomada do conhecimento da realidade que os cerca, bem como de retirá-los de condições de exclusão para uma relação que implique em conhecimento da totalidade social.

De acordo conversas informais com o diretor do PEM I a realidade dos egressos demonstra que apesar do efetivo atendimento no espaço chamado CASA DO EGRESSO os mesmos voltam a reincidir o que demonstra que nem todos os internos apesar do trabalho realizado não preparados para o retorno a liberdade.

No estado do Pará os egresso são atendidos pelo “PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA PSICO-SOCIAL-PEDAGÓGICO E JURÍDICO AO EGRESSO/FAMÍLIA E LIBERADO DO SISTEMA PENAL DO ESTADO DO PARÁ”.

## **CAPÍTULO 2 - METODOLOGIA**

### **2.1 Caracterização e delineamento da pesquisa**

O desenvolvimento de uma pesquisa é composto de elementos que orientam a sua composição a fim de nortear o trabalho de maneira científica. Neste caso, é necessário compreender conceitualmente a metodologia diante do desenvolvimento de uma proposta investigativa, desta forma a mesma é retratada a partir do seguinte conceito:

A Metodologia é a aplicação de procedimentos e técnicas que devem ser observados para construção do conhecimento, com o propósito de comprovar sua validade e utilidade nos diversos âmbitos da sociedade. (PRODANOV E FREITAS, 2013, pág. 14)

Essencial na elaboração de um trabalho, a definição metodológica é responsável por direcionar a construção e abordagem do tema proposto, assim como definir e evidenciar os mecanismos aplicados ao longo do desenvolvimento de um trabalho científico.

A pesquisa científica é a realização de um estudo planejado, sendo o método de abordagem do problema o que caracteriza o aspecto científico da investigação. Sua finalidade é descobrir respostas para questões mediante a aplicação do método científico. A pesquisa sempre parte de um problema, de uma interrogação, uma situação para a qual o repertório de conhecimento disponível não gera resposta adequada. Para solucionar esse problema, são levantadas hipóteses que podem ser confirmadas ou refutadas pela pesquisa. Portanto, toda pesquisa se baseia em uma teoria que serve como ponto de partida para a investigação. (PRODANOV E FREITAS, 2013, pág. 43)

A partir do planejamento de execução e condução do referido trabalho, buscou-se o embasamento capaz de orientar cada procedimento a ser desenvolvido. Após essa definição teve início então o processo de coleta de informações, compreendendo diferentes aspectos e fontes para a obtenção de respostas as indagações que serviram de elemento chave para a apresentação dos resultados encontrados neste trabalho.

### **2.2 Classificação da pesquisa**

Analisando este contexto, nota-se a partir da definição de Severino (2007, pág. 118), que existem várias formas de execução de pesquisa, variando de acordo com o objetivo e a finalidade propostas, podendo ser quantitativa, qualitativa, etnográfica, participante, pesquisa-ação, estudo de caso, análise de conteúdo, pesquisa bibliográfica ou ainda uma pesquisa exploratória-explicativa.

No que diz respeito ao presente trabalho, o mesmo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa e quantitativa. Prodanov e Freitas (2013) definem a pesquisa quantitativa da seguinte maneira:

Considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas (percentagem, média, moda, mediana, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão etc. (PRODANOV E FREITAS, 2013, pág.69)

As informações coletadas ao longo da pesquisa incluíram em sua análise final, números que indicam a realidade carcerária diagnosticada junto aos internos entrevistados. Os resultados foram analisados e a partir de então métodos estatísticos e representações gráficas compuseram sua apresentação.

Complementando a pesquisa realizada, a mesma também classifica-se como qualitativa, uma vez que houve a interação entre pesquisador e entrevistado no decorrer da realização do trabalho de campo.

Na abordagem qualitativa, a pesquisa tem o ambiente como fonte direta dos dados. O pesquisador mantém contato direto com o ambiente e o objeto de estudo em questão, necessitando de um trabalho mais intensivo de campo. Nesse caso, as questões são estudadas no ambiente em que elas se apresentam sem qualquer manipulação intencional do pesquisador. A utilização desse tipo de abordagem difere da abordagem quantitativa pelo fato de não utilizar dados estatísticos como o centro do processo de análise de um problema, não tendo, portanto, a prioridade de numerar ou medir unidades. Os dados coletados nessas pesquisas são descritivos, retratando o maior número possível de elementos existentes na realidade estudada. (PRODANOV E FREITAS, 2013, pág. 70)

A união destes dois métodos de pesquisa fez-se necessária para que fosse possível a reunião de informações em ambos os aspectos que compreendem estas técnicas de pesquisa, isto resultou nos dados que podem ser observados ao longo do Capítulo 3, onde os gráficos representam as opiniões e relatos constatados durante o período em que se deu o processo investigativo.

### **2.3 Quanto ao objetivo da pesquisa**

Partindo do pressuposto de que, a identificação de uma realidade a ser tratada necessita de informações verídicas capazes de evidenciar a situação em que se encontra, considera-se primordial a realização da pesquisa no local de sua ocorrência e junto daqueles que participam do seu processo, tendo esta a função de demonstrar através do cenário

vivenciado rotineiramente e que se torna alvo da investigação proposta, como realmente as metodologias são aplicadas e os procedimentos são desenvolvidos.

Objetivou-se com a pesquisa de campo, identificar a aplicação ou não da lei de execução penal, bem como os componentes que levaram a sua inserção. Compreendendo-se que desta forma seria possível conhecer de fato cada realidade e obter dados precisos diante da operacionalização das estratégias gerenciais que o gestor no exercício de suas atividades executa, em meio à aplicação de técnicas inovadoras, como a criação de um comércio na casa penal, ação que a lei permite.

Através da aplicação de questionários foi possível coletar dados norteadores que poderão ser visualizados ao longo deste trabalho, e que serviram de fonte precisa para o direcionamento de questões que levam a compreensão do cenário atual do PEM I, que opta por aderir à inovação em seus processos permitidos pela lei de exceção e que encontram-se em fase de execução de ações neste sentido.

## **2.4 Quanto a técnica da pesquisa**

Tendo as técnicas definidas buscou-se identificar as em que desenvolvem ações relacionadas a práticas de inovação que a lei permite, a partir de então houve o desenvolvimento propriamente dito da pesquisa, incluindo a visitas ao PEM I.

## **2.5 Quanto ao método de coleta de dados**

Compondo a o processo construtivo deste trabalho, os procedimentos de coleta de dados correspondem às técnicas que compreenderam a metodologia aplicada no seu desenvolvimento e que serviram de base para a orientação e construção do processo em si.

A partir do levantamento documental que segundo Severino (2007, pág. 124) compreende a pesquisa direta em fontes que retratem o tema abordado, de maneira a contribuir a partir dos conhecimentos existentes nestas obras com a construção do contexto a que se propõe a pesquisa, aliado também à entrevista, caracterizada como:

Técnica de coleta de informações sobre um determinado assunto, diretamente solicitadas aos sujeitos pesquisados. Trata-se, portanto, de uma interação entre pesquisador e pesquisado. O pesquisador visa apreender o que os sujeitos pensam, sabem, representam, fazem e argumentam. (SEVERINO, 2007, pág. 124).



Assim, a partir da definição da técnica a ser aplicada no desenvolvimento da pesquisa, pensou-se no desenvolvimento da ferramenta capaz de coletar informações necessárias a fim de subsidiar a construção do trabalho, bem como identificar a realidade a ser pesquisada, na ocasião foram aplicados questionários com perguntas fechadas junto a aos internos do PEM I quanto sua visão sobre a gestão. Desta forma, utilizou-se aliado às técnicas de pesquisa, o questionário, compreendido por Severino (2007), como sendo:

Conjunto de questões, sistematicamente articuladas, que se destinam a levantar informações escritas por parte dos sujeitos pesquisados, com vistas a conhecer a opinião dos mesmos sobre os assuntos em estudo. (SEVERINO, 2007, pág. 125).

Neste trabalho, o questionário elaborado, apresentou questões fechadas e abertas, definidas por Severino (2007, pág. 125), como perguntas parametrizadas pelo próprio pesquisador, o que compreendeu o cenário investigativo deste trabalho.

Gradativamente os internos foram sendo entrevistados, compreendendo um diálogo que permitiu conhecer a realidade do PEM I, bem como as ações adotadas, no que diz respeito à inovação dentro desta casa penal.

Após a pesquisa de campo, tendo um índice inexistente de rejeição por parte dos entrevistados, fora concluída, dando lugar a tabulação dos dados coletados para a montagem gráfica das informações adquiridas, seguidas por fim, pela interpretação destas informações.

Aleatoriamente, este trabalho foi construído a partir de pesquisas bibliográficas além da Lei de Exeção Penal , autores que retrataram a temática da inovação, tomando por base os conceitos que permitirão uma melhor compreensão do tema abordado, tendo ainda como princípio básico na sua formatação, a utilização da norma da *American Psychological Association* (APA), que serviu como parâmetro primordial para o alinhamento dos padrões deste trabalho em sua finalização. Assim, configurou-se a composição metodológica deste trabalho, destacando a pesquisa bibliográfica, que segundo Severino (2007, pág. 122), “é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc.” Também se utilizou da pesquisa de campo, uma vez que só foi possível a identificação da realidade que se desejava conhecer através da visita in loco no PEM I. Tal metodologia de pesquisa caracteriza-se da seguinte maneira:

O objeto/fonte é abordado em seu meio ambiente próprio. A coleta dos dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem,

sendo assim diretamente observados, sem intervenção e manuseio por parte do pesquisador. (SEVERINO, 2007, pág. 123).

O PEM I foi visitado em datas e horários pré-estabelecidos e ao final do processo investigativo, teve início uma nova fase, desta vez a organização das informações coletadas.

### **2.5.1 Análise e tabulação dos dados**

Os dados coletados através das visitas aos internos que colaboraram com a realização deste trabalho foram organizados de maneira a evidenciar amostragens capazes de reproduzir ao leitor, a realidade do PEM I.

As informações foram organizadas na mesma ordem sequencial apresentada no questionário aplicado, apresentadas ao longo do trabalho em formato gráfico e textual, de acordo com os questionamentos realizados. A análise dos dados foi realizada a partir da interpretação das informações obtidas, complementando o contexto com a apresentação de dados estatísticos representados em gráficos. Estes resultados foram tabulados de maneira a expor através de percentuais e números, as informações obtidas, permitindo ao leitor a análise e evidenciação de um cenário que pode ser visualizado e compreendido a partir do Capítulo 3.

## **CAPÍTULO 3 - APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS**

### **3.1. Caracterização do presídio estadual metropolitano I (PEM I)**

O PEM I atualmente conta com 600 internos, porém sua capacidade é de 338, sendo dividido em 6 blocos (A, B, C, D, E, F), 24 celas, 3 internos por celas. Há também a ala de isolamento, ou seja, são internos que não podem conviver com os demais, seja por rixa, por crimes sexuais ou por homossexualismo.

O PEM I possui os seguintes locais: a) Instalações de administração, com salas para serviço jurídico, social, psicológico; b) Assistência religiosa; c) Escola e biblioteca; d) Prática de esportes e lazer; e) Cozinha; f) Lavanderia; g) Enfermaria; h) Parlatório; i) Espaço reservadas aos familiares (Espaço Criança); j) Cella comum.

FOTOGRAFIA 6: Vista Frontal do PEM I



FONTE: Pesquisa de campo no PEM I (2014).

Com relação as visitas dos internos: As masculinas passam por um detector de metal e as femininas passam pelas vistórias íntimas.

FOTOGRAFIA 07: Entrada principal com detector de metal



FONTE: Pesquisa de campo no PEM I (2014).

Ao adentrar na casa penal é feito o prontuário do interno com seus dados pessoais e sua situação processual. Tudo é guardado por ordem alfabética no arquivo.

FOTOGRAFIA 8: Setor de Arquivo do PEM I



FONTE: Pesquisa de campo no PEM I (2014)

O banho de sol é liberado das 07:00 as 11:00 h pela manhã de forma alternada primeiro os blocos A, B, C e a tarde das 13:00 as 16:00 h os blocos D, E, F. Neste horários os internos andam livremente nos blocos carcerários.

FOTOGRAFIA 9: Vigilância durante o banho de sol



FONTE: Pesquisa de campo no PEM I (2014)

É feito o estudo social do interno pela Assistente Social e os que apresentam bom comportamento e exercem atividades laborais na casa penal tem direito a prática de esporte.

FOTOGRAFIA 10: Prática de esporte



FONTE: Pesquisa de campo no PEM I (2014)

As visitas são divididas da seguinte maneira: sexta-feira é o dia das crianças com sala especial chamada de espaço criança ou brinquedoteca onde também é realizado o culto ecumunico, sábado e domingo as visitas são divididas por blocos. Por exemplo, blocos A, B, C, visitas aos sábados e blocos D, E, F no domingo.



Há a presença de grupos religiosos na casa penal, com maior destaque o trabalho feito pelas igrejas evangélicas: Assembleia de Deus, Quadrangular, além da Pastoral Carcerária que é uma entidade católica.

Numa conversa informal com Chefe de Segurança, foi-me relatado que apesar das igrejas terem um trabalho positivo, ele acredita que os internos não se convertem verdadeiramente, pois acabam retornando ao crime.

FOTOGRAFIA 11: Espaço criança/culto ecumênico



FONTE: Pesquisa de campo no PEM I (2014)

Com efeito, o sistema carcerário no Brasil padece de carências que têm se acumulado ao longo do tempo começando pela falta de construção de presídios, sobretudo na esfera federal. Além disso, as celas dos presídios brasileiros não estão de acordo com as normas regulamentares. Ao invés da construção de celas presidiárias individuais, com 6 (seis) metros quadrados, com pia, ventilação, acompanhamento individualizado do preso, parlatório e trabalho o cárcere no Brasil, em regra geral apresenta um flagrante quadro de violação dos direitos da pessoa humana. São celas esburacadas, úmidas, fedidas, sem qualquer higiene que comportam dezenas de seres humanos apenados, quando deveria comportar 4 (quatro) ou 5 (cinco) presos, no máximo. É possível dizer que o apenado no Brasil é punido duplamente: quando sua sentença é selada nos Tribunais extramuros, significa apenas a primeira porque a outra e mais cruel lhe aguarda nos intramuros dos famigerados cárceres de todo o País.

Existem, em regra geral, 5 (cinco) problemas graves na situação carcerária no Brasil: superlotação, tratamento desumano, falta de trabalho, corrupção e Crime Organizado.

A impressão que tive nos blocos carcerários é estar dentro em universo paralelo a realidade extramuros. Observei que o bloco carcerário foi construído verticalmente como se fosse uma grande vila, composta de andar inferior e superior.

A cela individual e a construção em horizontal da prisão constituem as duas ideias essenciais do estabelecimento penal moderno, o que ainda não foi alcançado no PEM I. A ideia de um tratamento mais adequado ao preso, dando-lhe assistência, orientação, todos os cuidados especiais para alcançar a sua recuperação e ressocialização, ainda são objetivos a serem alcançados no PEM I.

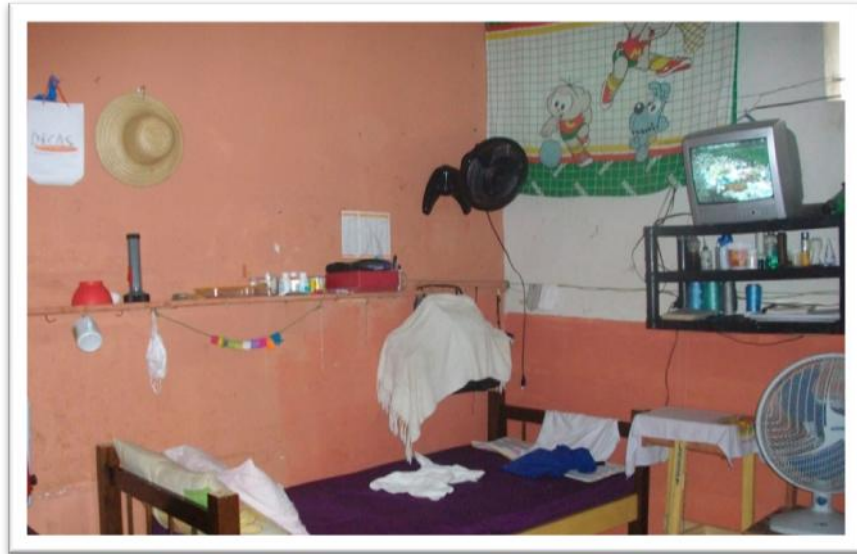
FOTOGRAFIA 12: Bloco carcerário – andar superior e inferior



FONTE: Pesquisa de campo no PEM I (2014)

Apreendi também alguns termos, ou palavras, que merecem referência no trabalho, algumas adotadas do convívio com outros atores do universo prisional, tais como: **Favelado** - criminoso que assume algum ilícito na casa penal; **Pagar** - palavra utilizada para receber a comida, ou demais materiais; **VIP** - interno que cometeu um crime de grande repercussão ou pequenos delitos, tais como o não pagamento de pensão alimentícia, estes tem celas especiais como na foto abaixo.

FOTOGRAFIA 13: Cela dos VIPs



FONTE: Pesquisa de campo no PEM I (2014)

FOTOGRAFIA 14: Banheiro da cela dos VIPs



FONTE: Pesquisa de campo no PEM I (2014)

O PEM I conta com uma equipe profissional de médico, técnica em enfermagem, psicólogo, assistente social, nutricionista, dentista (que atende também ao PEM II e III), terapeuta ocupacional e pedagogos este trabalham em turnos de 08:00 as 16:00 h, num total de 50(cinquenta) funcionários, entre a equipe técnica e agentes prisionais, este revezam-se em escala.

FOTOGRAFIA 15: Área Interna do PEM I





FONTE: Pesquisa de campo no PEM I (2014)

As segundas-feiras dá-se-a o atendimento do defensor público numa sala reservada para defensoria pública, sendo que o advogado pode visitar, ou seja, falar com seu cliente a qualquer dia no parlatório. Com relação a enfermaria, constatamos que ela funciona precariamente, pois não tem suposte de material adequado a certos tipos de tratamentos, além de funcinar ao lado do parlatório.

FOTOGRAFIA 16: Parlatório e Enfermaria



FONTE: Pesquisa de campo no PEM I (2014)

O PEM I conta com o ensino do PRO-JOVEM apenas na parte teórica (1ªfase), o Chefe de Segurança relata que os internos que estão no programa são respeitadores com relação as professoras e atenciosos no ato de aprender. Com relação a segunda etapa do projeto, ou seja, na parte prática (2ªfase), os internos não podem aprofundar seu conhecimentos, por falta de equipamento e incentivo financeiro no setor. Os internos assinam uma ficha de frequência em anexo, que será incluída ao seu prontuário.

Há uma pequena biblioteca, ou melhor dizendo, uma pequena sala que é composta de poucos livros.

FOTOGRAFIA 17: Sala de Aula



FONTE: Pesquisa de campo no PEM I (2014)

FOTOGRAFIA 18: Biblioteca



FONTE: Pesquisa de campo no PEM I (2014)

Em uma conversa informal com um funcionário, fiquei sabendo que, com relação a alimentação, o PEM I fornece refeição para seu consumo próprio e dos PEMs II e III, além da Casa do Albergado, o que sobrecarrega a cozinha do PEM I. Os internos que trabalham na cozinha estão remindo o tempo de execução de pena, pois a cada 3(três) dias trabalhados remi 1

(um). Os internos assinam uma ficha de frequência em anexo, que será incluída ao seu prontuário.

A alimentação no PEM I é tratado de forma séria pela administração da Casa Penal. Sabe-se que se faltar alimento (principalmete pão) ou se o mesmo for de pessíma qualidade haverá rebelião, por tal motivo os proprios internos cuidam do prepreparo de suas refeições, os mesmo são seleccionados pelos serviço social da casa para o trabalho realizado na cozinha.

FOTOGRAFIA 19: Cozinha



FONTE: Pesquisa de campo no PEM I (2014)

Outro ponto que merece destaque é que os internos são responsáveis pela limpeza do PEM I, como se observa na fotografia abaixo, porém um ponto negativo é a falta de uniforme adequado para todos os internos.

FOTOGRAFIA 20: Corredor carcerário



FONTE: Pesquisa de campo no PEM I (2014).

Destaco o trabalho feito pelo setor social que ao trabalhar com os internos capacitando-os para o trabalho na casa penal, demonstra o sucesso do processo de ressocialização que o PEM I logra.

FOTOGRAFIA 21: Interno tratando do cachorro que faz a guarda no PEM I



FONTE: Pesquisa de campo no PEM I (2014)



Como ponto negativo destaca-se o container que é utilizado como anexo, ou seja, um depósito humano devido a superlotação do PEM I, o que deve ser repensado pelo governo.

FOTOGRAFIA 22: Container utilizado como anexo ao bloco carcerário



FONTE: Pesquisa de campo no PEM I (2014)

Os equipamentos com que os funcionários tem que trabalhar e se adaptar são precários, como demonstra o estado da viatura de transporte de presos visto na foto abaixo. Além do mais o estado precário do camburão da SUSIPE atrasa as audiências pela impossibilidade de comparecimento dos internos, fato que também contribui muito para o grande número de presos provisórios no PEM I.

FOTOGRAFIA 23: Camburão com defeito



FONTE: Pesquisa de campo no PEM I (2014)

Observa-se que existe a solidariedade entre os internos que dividem e emprestam materiais uns aos outros, tais como (papel higiênico, sabonete, creme dental, entre outros).

Constata-se que o PEM I tenta adequar-se da melhor maneira possível as exigências da Lei de Execução Penal 7.210 de 11/07/84, e assim dismistificar que a prisão constiui-se em “Universidade do Crime”. O PEM I atua como instituição educacional, no sentido da correção de seus internos, com o objetivo de transformá-los em indivíduos aptos a preencher as exigências normativas que a sociedade impõe a seus membros.

Com relação a assistência material que é insuficiente para atender os internos nas suas necessidades, o estabelecimento dispõe de instação destinada a venda de produtos e objetos permitidos na LEP 7.210 de 11/07/84, e não fornecidos pela SUSIPE.

### 3.2. Análise dos indicadores

A pesquisa entrevistou 120 (cento e vinte) dos encarcerados num universo de 600 que estão cumprindo pena no PEM I totalizando 20%, desse universo, foi realizada entre os dias 18 à 29 outubro de 2011.

O Presídio Estadual Metropolitano I, mas conhecido como PEM I localiza-se na cidade de Marituba/Pará, Rod. BR-316, Rua Maria de Freitas Guimarães 701 CEP: 67200-000.

Preferiu-se trabalhar com a população masculina, uma vez que foi observado o número maior de processos criminais que tem como Réus pessoas do sexo masculino.

O método escolhido para elaboração deste estudo é baseado na exploração do tema, na teoria (análise e discussão de referências bibliográficas sobre os aspectos da prisão, do Sistema Penal e da Lei de Execução Penal) e na prática, ou seja, na pesquisa de campo (coleta de dados documentais, observação, abordagem, conversas informais com a equipe técnica e entrevistas com os internos).

É importante ressaltar que as informações coletadas na pesquisa não serão divulgadas individualmente, mas através de dados tabulados do todo, a fim de preservar a privacidade e o sigilo dos entrevistados.

A experiência vivenciada na casa penal permite conhecer a realidade, as necessidade, os problemas que permeiam a vida dos internos.

Como afirma SOUZA (1979, p. 165)

Quando se fala em instrumentos e técnicas, portanto não se está referindo a uma simples engrenagem material de dinâmica para condução de ações determinadas.

Entretanto, toda a realidade social é dinâmica, não basta apenas embasar em teorias para entender a situação social apresentada pelos internos, pois, se assim fosse, estaria embasando o trabalho em uma prática idealista. Necessário é que, diante da realidade apresentada, a prática esteja voltada para uma dinamicidade e dialeticidade entre o referencial teórico e os instrumentais técnicos. Dessa maneira, deve haver uma vinculação entre a teoria e a prática, voltada para um processo de reflexão-ação, que permita uma melhor compreensão da realidade social vivenciada.

### **3.3 Análise dos dados**

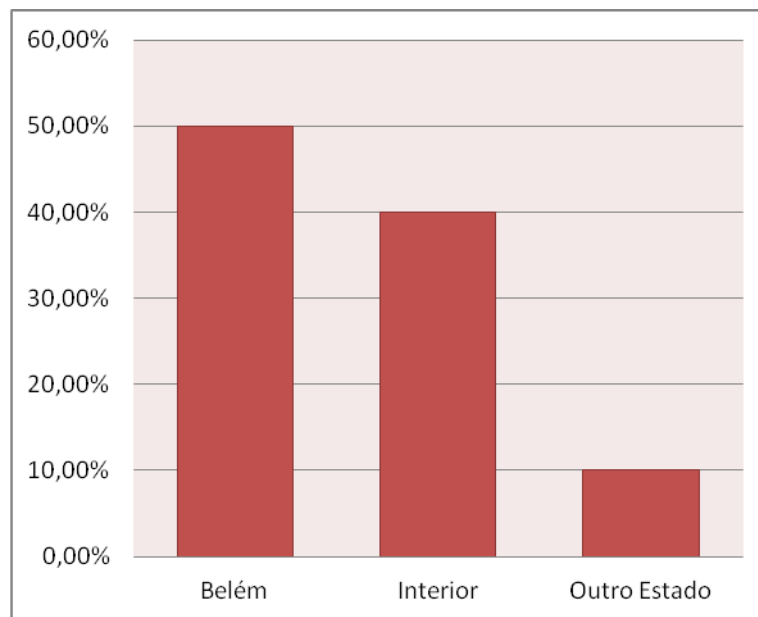
A pesquisa utilizou o prontuário e entrevistas feitas com os internos que responderam um questionário contendo perguntas de identificação pessoal, nível de escolaridade, situação ocupacionais antes do cárcere, situação jurídica, situação familiar sua realidade no cárcere, indicadores da qualidade da gestão, tais como a alimentação, a higiene, as assistências prestadas conforme a LEP n. 7.210/84, procurou-se fazer um retrato da qualidade da gestão no PEM I.



A pesquisa procurou entrevistar o máximo de presos retidos no PEM I, o que levou a um total de 120 entrevistados.

Quando questionados sobre a naturalidade dos apenados, conforme retratado na Gráfico 1, 50% responderam ser da Cidade de Belém, 40% declararam que são oriundos do interior do Estado e apenas 10% são de outros Estados.

Gráfico1: Naturalidade dos dos internos entrevistados

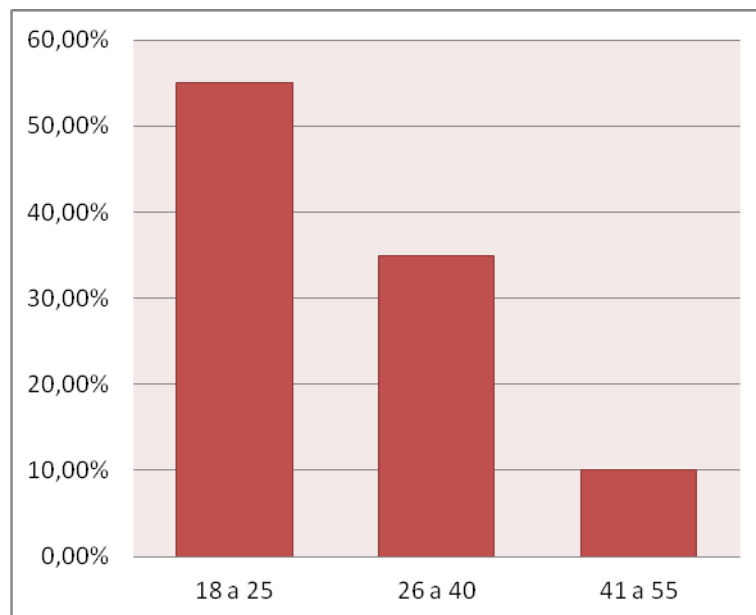


Fonte: Autor/2015

Este fato explica-se devido aos centros urbanos, como é o caso de Belém, serem mais suscetíveis à práticas criminosas, assim como a falta de política de segurança voltada para prevenção e não apenas para repressão.

Outro questionamento importante para elucidar as questões de como o PEM I lida com os presos no regime carcerário diz respeito a faixa etária dos apenados. O resultado desta pergunta está representado no gráfico 2 onde 55% encontra-se na faixa etária entre 18 e 25 anos, outros 33% estão na faixa etária entre 26 e 40 anos e 10% na faixa etária entre 41 e 55 anos.

Gráfico 2: Faixa etária dos internos entrevistados

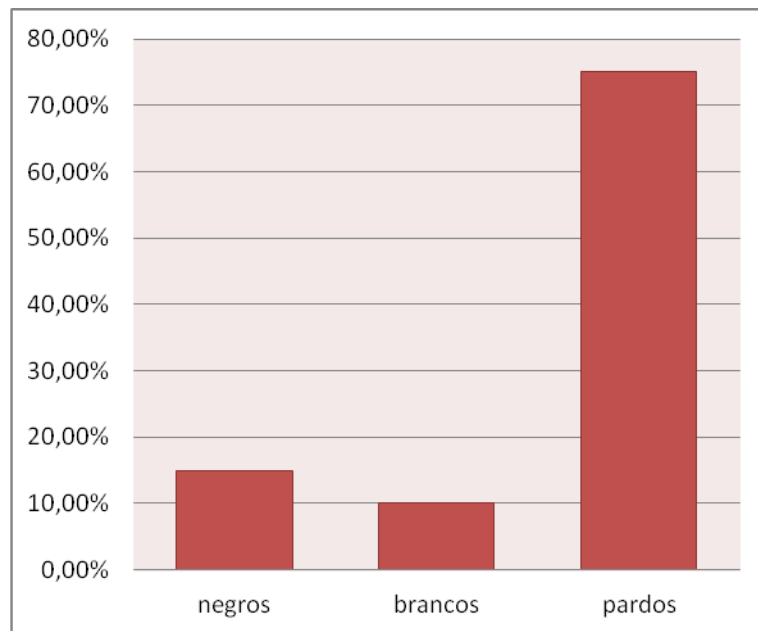


Fonte: Autor/2015

Constitui-se uma representação notória o número expressivo de presos na faixa etária entre 18 e 25 anos devido boa parte destes já virem do mundo crime quando de sua adolescência, conforme relato de alguns que se disseram praticar delitos desde a fase da adolescência, porém, por serem menores ou mesmo réus primários, não chegaram a ser presos, no entanto, continuaram a cometer crimes e consequentemente foram condenados, cumprem pena, na idade adulta. Da mesma forma os mais velhos, ou seja, na faixa etária de 46 a 55 anos representa um número reduzido de interno, uma vez que a parcela da população carcerária com esta idade também é mínima considerando que se forem condenados a 10 ou 20 anos de prisão quando chegam na idade dentro desta faixa estão sendo colocados em liberdade por cumprirem o que a justiça determina.

Quanto a raça, a pesquisa revela que 75% dos presos se declaram pardos, 15% negros e 10% se declaram brancos. O gráfico 3 mostra a distribuição entre as raças existentes no PEM I.

Gráfico3: Percentual racial dos internos entrevistados

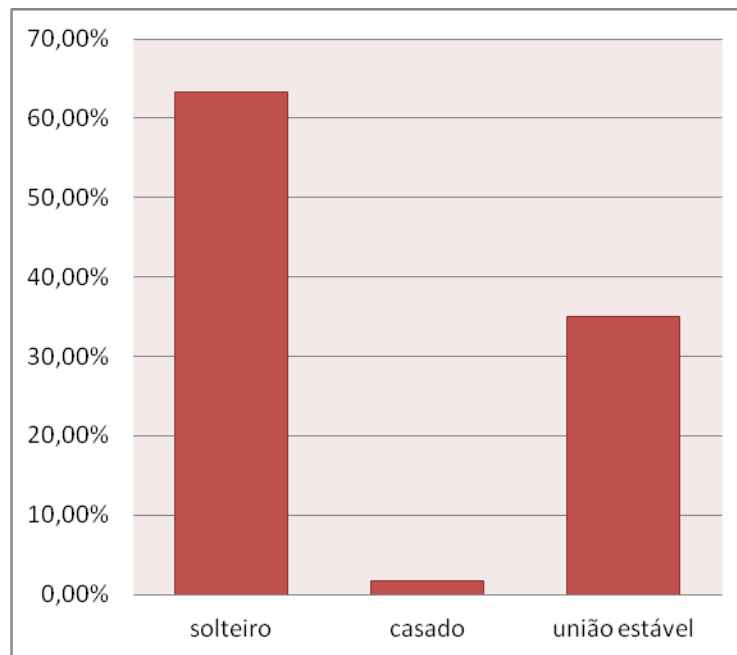


Fonte: Autor/2015

Considerando o alto índice percentual de presos que se declararam pardos, é desconsiderado o paradigma de que os negros predominam no mundo do crime, retrato este declarado nesta pesquisa. No entanto, entre pardos e negros há de se considerar o poder econômico e social em que estes estão inseridos, uma vez que em bairros mais pobres na periferia da cidade existe o estigma do preconceito racial e que está presente nos dias de hoje, o que corrobora com vários trabalhos sobre o tema em que estes são vítimas de uma sociedade racista, que os exclui e priva das condições necessárias para uma vida digna, empurrando-os para a marginalidade.

Em relação ao estado civil dos entrevistados, o gráfico 4 mostra que há uma grande predominância entre os solteiros. O que vem confirmar que os mais jovens são os que predominam na penitenciária PEM I conforme mostrado na Figura xx. Há de se considerar que muitos destes não são de fato casados como prega a sociedade, porém estes mantem um convívio marital com companheiras muitas vezes do mesmo local em que vivem, menores de idade com baixa escolaridade e que muitos possuem filhos.

Gráfico 4: Estado civil dos internos entrevistados

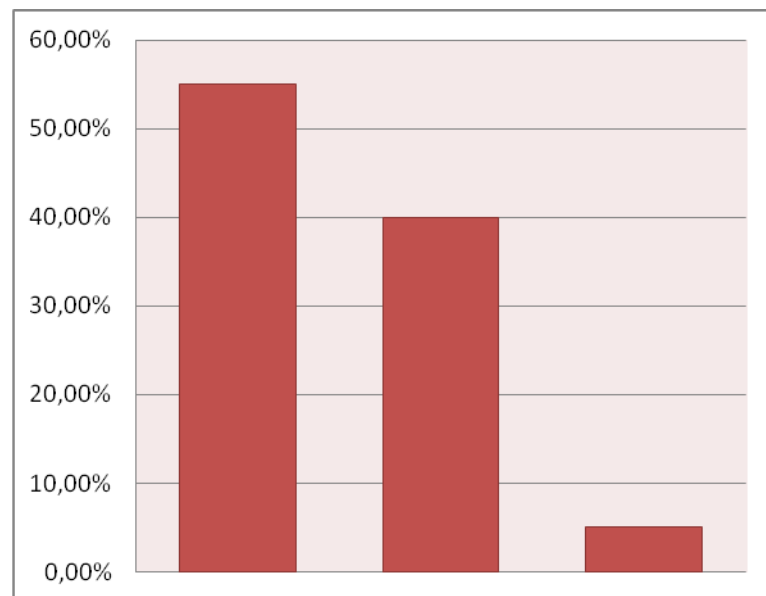


Fonte: Autor/2015

Analisando a gráfico 4, observa-se que a grande maioria dos entrevistados, ou seja 63,33%, se declara solteiro, 35% declaram uma união estável porém não declararam que possuem filhos e que apenas 1,67% são casados de fato.

Quanto ao número de filhos, A Figura 5 mostra que 55% dos presos não possuem filhos, 40% possuem entre 1 e 3 filhos e que apenas 5% possuem mais de 4 filhos.

Gráfico 5: Quantidade de filhos dos dos internos entrevistados

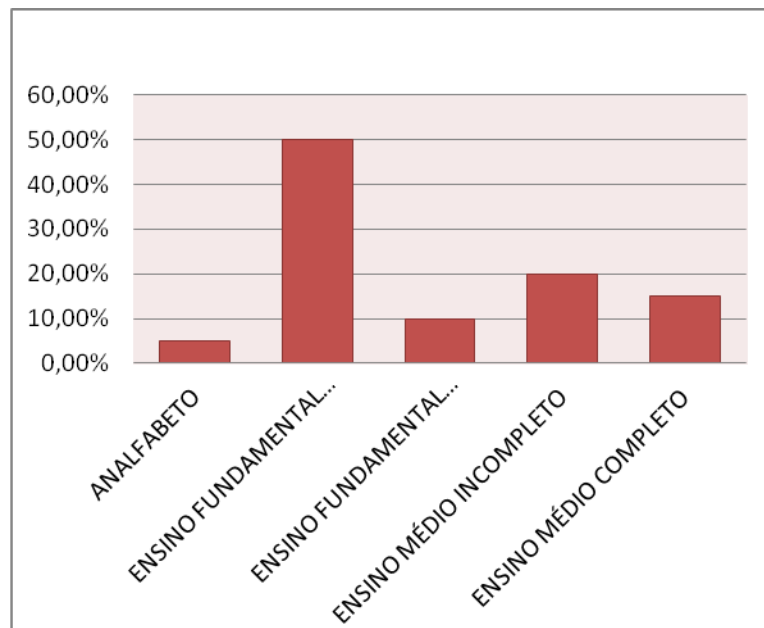


Fonte: Autor/2015

A pesquisa revela que como a maioria da população entrevista é composta por jovens entre 18 e 25 anos, portanto é compreensível que estes ainda não possuem filhos o que corrobora com a mudança do perfil da população brasileira, onde o número de famílias brasileiras com poucos filhos vem aumentando a cada ano. Apesar de haver uma queda no número dos filhos das famílias constituídas este fato não é observado nas periferias onde o número de jovens mães só tende a aumentar em função de sua condição social e econômica agravado pelo baixo índice de escolaridade.

Quanto ao nível de escolaridade mostrado pela resultado desta pesquisa, observa-se na Figura 6 que a falta de conhecimento e associado a baixa escolaridade revela um cidadão alheio aos preceitos da sociedade sendo o mesmo marginalizado por este fator.

Gráfico 6: Grau de escolaridade dos internos entrevistados



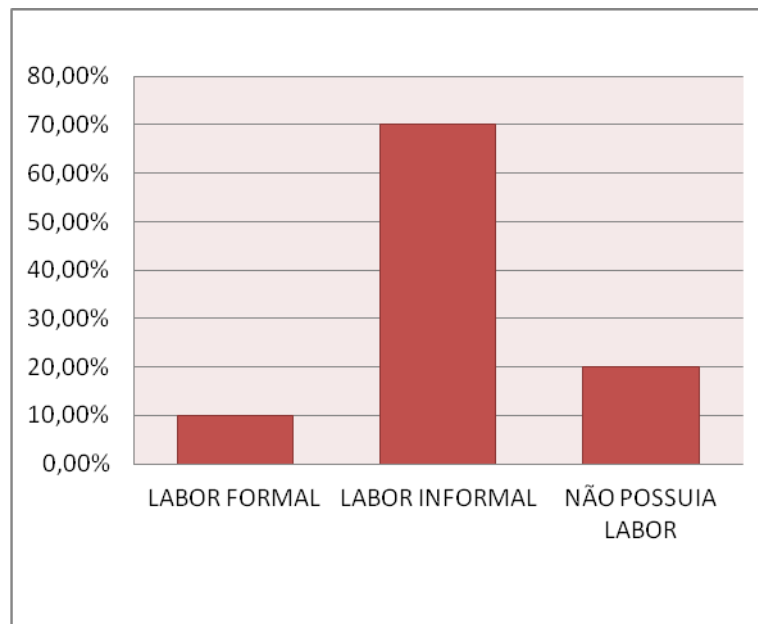
Fonte: Autor/2015

Observando o gráfico na figura 6, observa-se que 50% dos apenados não possuem nem o primeiro grau completo, o que os põem numa condição de puro abandono pela sociedade uma vez que os mesmos não conseguem ser aproveitados no mercado de trabalho devido ao baixo nível de escolaridade, o que leva muitos destes para a marginalidade, retrato desta pesquisa declarado neste estudo.

Verificou-se na pesquisa um percentual elevado de internos com baixa escolaridade. 50% dos entrevistados possuem apenas o Ensino Fundamental incompleto, seguido de 5% sem escolaridade, que pode ser alvo de políticas de inclusão de direitos.

Observa-se no gráfico 7 que 70% dos reclusos não possuem uma profissão o que lhes remeteu a uma trabalho informal, 10% já exerceram uma profissão e tiveram uma atividade formal, porém 20% nunca exerceram uma profissão e não trabalharam antes de serem apenados. A baixa remuneração dos que trabalhavam e mesmo o ócio dos que não exerciam nenhuma profissão são fatores que influenciam direta ou indiretamente a criminalidade.

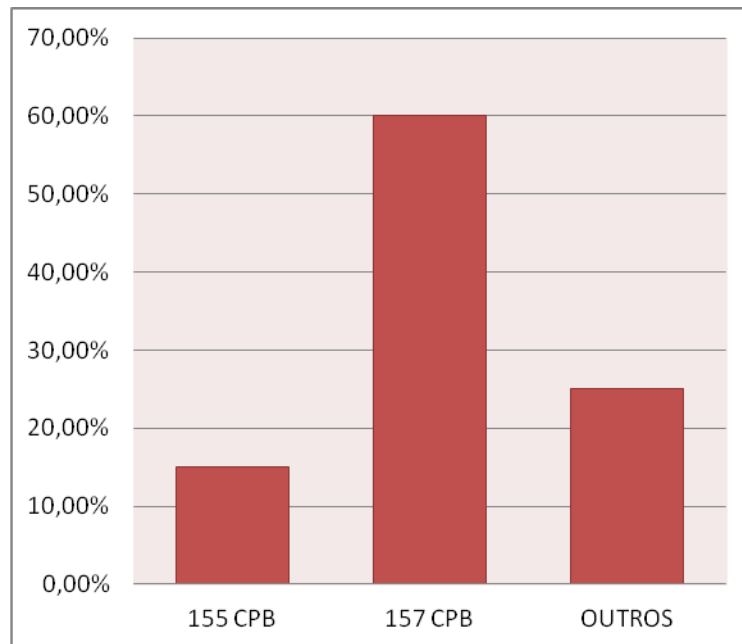
Gráfico 7: Atividade laboral dos internos entrevistados



Fonte: Autor/2015

No que diz respeito ao delito cometido, 60% está preso por Roubo (Art. 157); 15% por Furto (Art. 155) e 25% são os demais delitos, como homicídios, tráfico de droga, latrocínio, estelionato, lesão corporal e danos morais, conforme pode ser visto no gráfico 8. O caos econômico e social que assola nosso país, em especial nossa cidade, onde a pobreza e a falta de oportunidades fazem parte da realidade de muitos, pode ser considerado o maior responsável pelo fato de que o crime mais comum seja o roubo; ou seja, este fato é um reflexo, uma consequência das dificuldades socioeconômicas vivenciadas pela grande maioria da população. É importante frisar que, apesar dos números de homicídios se equiparar ao de roubo, não se pode afirmar que o mesmo é consequência exclusivamente da questão socioeconômica, uma vez que a maioria dos internos que cometeram este crime relataram que foi por motivos circunstanciais, ou seja, não houve premeditação e nem envolve razões sociais e econômicas.

Gráfico 8: Enquadramento no Código Penal Brasileiro



Fonte: Autor/2015

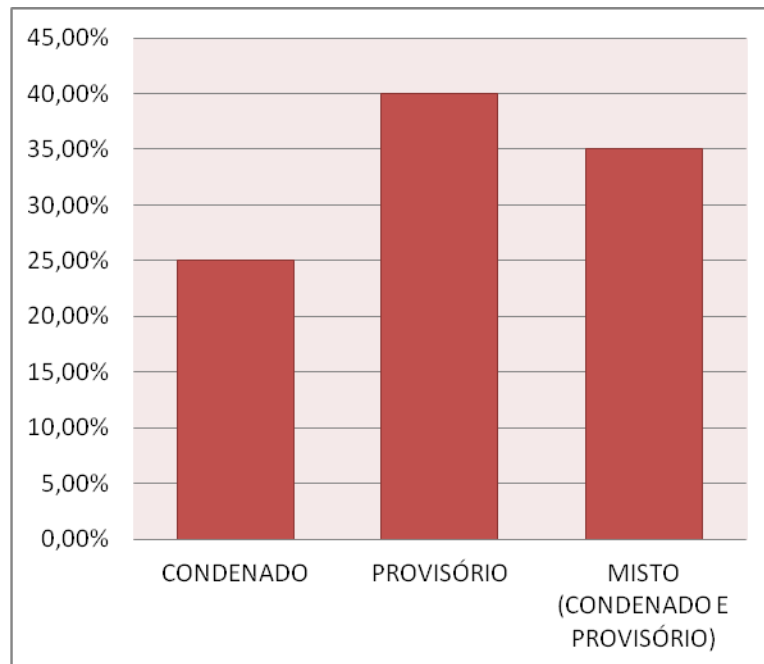
O que se observa nesta pesquisa, que mesmo os presos com os diversos tipos de crimes cometidos, 70% recebem apoio do governo através de defensores públicos, o que reflete a situação econômica precária dos internos e uma parcela de 30% estão sendo assistidos por advogados particulares, que muitas vezes não tem compromisso com o cliente e abandonam a causa antes da sentença transitar em julgado.

Segundo conversas informais com os técnicos do PEM I, até 6 (seis) meses após a prisão a maioria dos internos ainda possui advogado, depois, quando percebem que não há mais como “sugar”, ou seja, cobrar honorários da família, abandonam a causa deixando os clientes a mercê da própria sorte, o que explica o número elevado de clientes da defensoria pública.

Por outro lado, o número de presos no PEM I poderia ser bem menor se todos os reclusos tivessem seus julgamentos realizados em tempo hábil. O gráfico 8 mostra a situação dos presos esperando por uma ação da justiça para resolver as pendências.



Gráfico 9 – Situação jurídica dos internos entrevistados

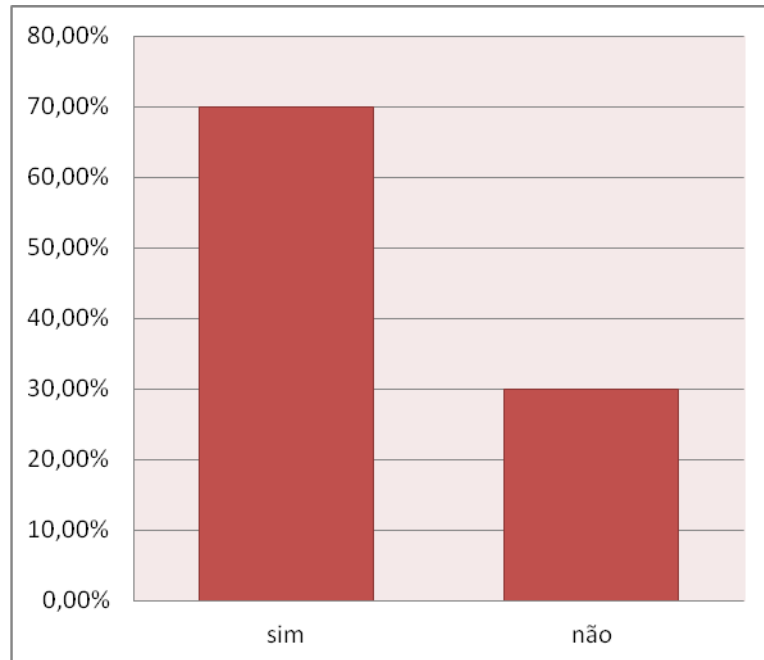


Fonte: Autor/2015

De acordo com dados coletados, a maioria dos internos que se encontram no PEM I são presos provisórios, ou seja, 40% do total entrevistado, um percentual de 35% são os mistos, ou seja, estão condenados em um processo criminal e provisório em outros e 25% já estão com a situação definida, passaram por julgamento e foram condenados.

Da mesma forma a pesquisa buscou conhecer se os condenados ao cumprirem a pena, este voltavam a praticar delitos, a resposta a este questionamento é mostrado no gráfico 9 onde 70% dos detentos responderam que voltaram a cometer delitos após saírem da cadeia.

Gráfico10: Índice de reincidência de delitos após a soltura dos internos entrevistados

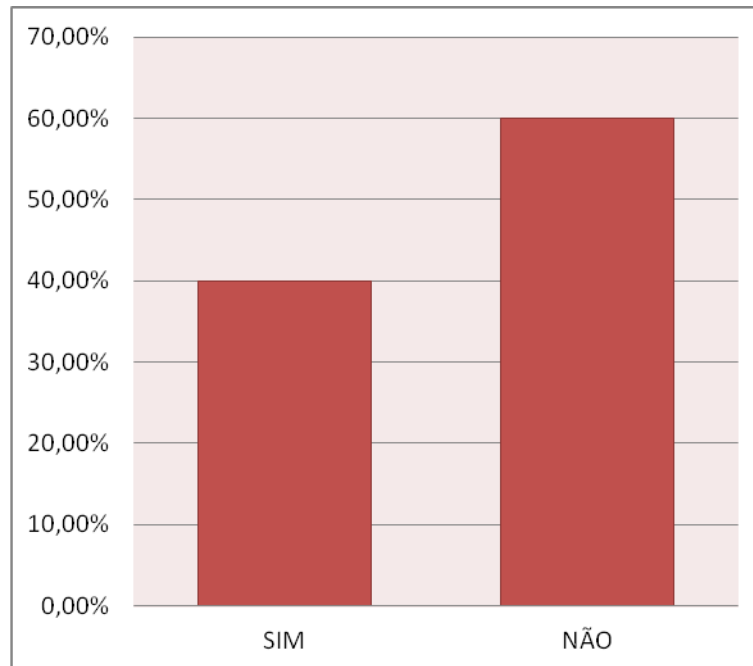


Fonte: Autor/2015

No que diz respeito à reincidência, o gráfico 10 aponta o grande número de reincidentes, este fato explica-se uma vez que o desemprego, o preconceito, as desigualdades socioeconômicas e a falta de opção constituem uma dificuldade imensurável de readaptação do ex-detento à sociedade, levando-o a regressar à criminalidade.

Verificou-se na pesquisa conforme o gráfico 11, que a maioria dos internos, 60%, não estuda devido a falta de interesse em procurar os cursos oferecidos na casa penal, além do mais, esbarram no pequeno índice de vagas ofertadas para a educação fundamental, o que dificulta a ressocialização dos internos.

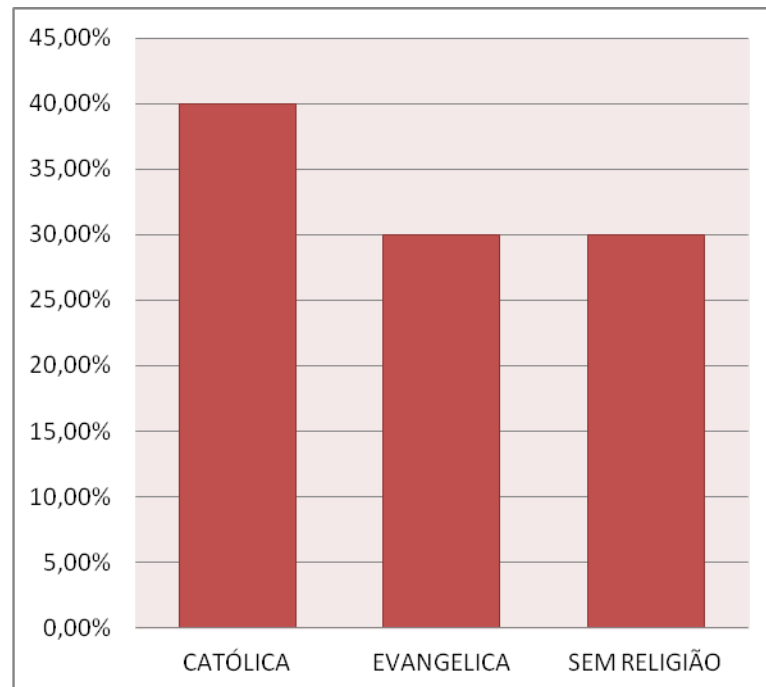
Gráfico11: Assistência educacional aos internos entrevistados



Fonte: Autor/2015

Quanto à prática religiosa, uma boa parte dos internos, ou seja, 40%, se declara católico, seguidos dos evangélicos e os que não professam nenhuma religião, com 30%, para cada segmento pesquisado, estes resultados podem ser visualizados no gráfico 12. É importante ressaltar que muitos dos internos, que afirmam ser evangélicos, confessam ter se convertido no período de reclusão, pois a atividade das Igrejas Evangélicas no interior da casa penal é intensa.

Gráfico12: Prática religiosa exercida pelos internos entrevistados



Fonte: Autor/2015

Outro fator importante para a pesquisa foi conhecer o nível de satisfação dos detentos. Para tanto aplicou-se o questionário com as seguintes orientações: Assistência social; cursos profissionalizantes; alimentação; vestuário; condições das celas; instalações e saúde.

O resultado desta fase da pesquisa está retratado na gráfico 13 onde o indicador para estes questionamentos são: você está satisfeito, pouco satisfeito ou insatisfeito com os serviços prestados dentro do PEM I. O resultado mostra que o índice de insatisfação predomina entre os entrevistados, com relação a assistência social, alimentação, superlotação, higiene e assistência à saúde que foram os itens que mais se destacaram quanto a indicador estudado estudados.

Quanto ao vestuário 67% dos entrevistados se dizem satisfeitos com o material que recebem considerado de boa qualidade, enquanto que 83,30% se mostraram pouco satisfeito com os cursos profissionalizantes oferecidos dentro do PEM I.

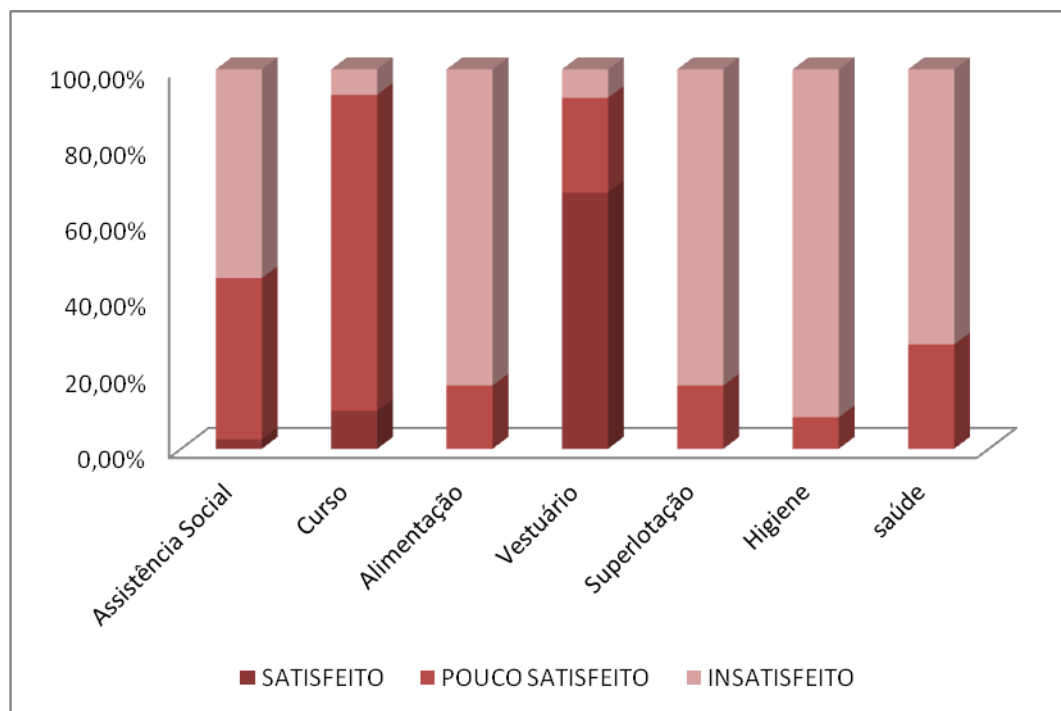
Segundo relatos dos presos, a falta de apoio de uma assistência social voltado para escolha de uma profissão, os impossibilita de exercer uma atividade laboral que possa lhes auxiliar na ressocialização e prepara-los para exercerem uma atividade digna quando saírem do presídio. Porém eles reconhecem o apoio dado aos seus familiares quando estes são requeridos.

Apesar desta deficiência do sistema carcerário no PEM I, um grupo de 20% dos presos que tem uma atividade laborativa se dizem satisfeito com as atividades laborais que lhes são oferecidas, e que tem a esperança de usufruir deste aprendizado para exercerem atividades que possam lhe dar respeito e dignidade ao saírem do presídio.

A razão da totalidade de participação nas atividades laborais durante o período de reclusão não ser alcançada se deve ao fato de que as vagas disponibilizadas não são suficientes para atender toda a demanda de presos, uma vez que, apesar do estabelecimento penal oferecer algumas vagas para trabalho na casa, a maioria dos internos não quer realizar nenhuma atividade preferindo o ócio.

Curioso destacar que os presos que mais se empenham no trabalho são os condenados por crimes sexuais, como forma de abreviar sua estada no cárcere.

Gráfico13: Índice de satisfação dos internos entrevistados com relação aos serviços prestados PEM I



Fonte: Autor/2015

A maior razão da totalidade de participação nas atividades laborais durante o período de reclusão não ser alcançada se deve ao fato de que as vagas disponibilizadas não são suficientes para atender toda a demanda de presos, uma vez que, apesar do estabelecimento

penal oferecer algumas vagas para trabalho na casa, a maioria dos internos não quer realizar nenhuma atividade preferindo o ócio.

Curioso destacar que os presos que mais se empenham no trabalho são os condenados por crimes sexuais, como forma de abreviar sua estada no cárcere.

Uma porcentagem pequena, ou seja, 10%, relatou que estava satisfeito com o curso oferecido pela SUSIPE/PEM I, sendo que a grande maioria se dizia injustiçada por não ter feito o curso, esperam uma oportunidade para fazê-lo.

A maioria dos internos entrevistados, ou seja, 80% se queixou da rotina e da má qualidade do cardápio, ou seja, a os internos estão insatisfeitos com a alimentação oferecida. Os mesmos dizem que sempre era servido no almoço: arroz, feijão e cozido de carne vermelha. O desjejum matinal é composto de pão massa grossa, café e leite. Caso algum interno queira comer algo diferente tem que comprar na mercearia da Casa, e os que não tem como comprar tem que se contentar com que é servido.

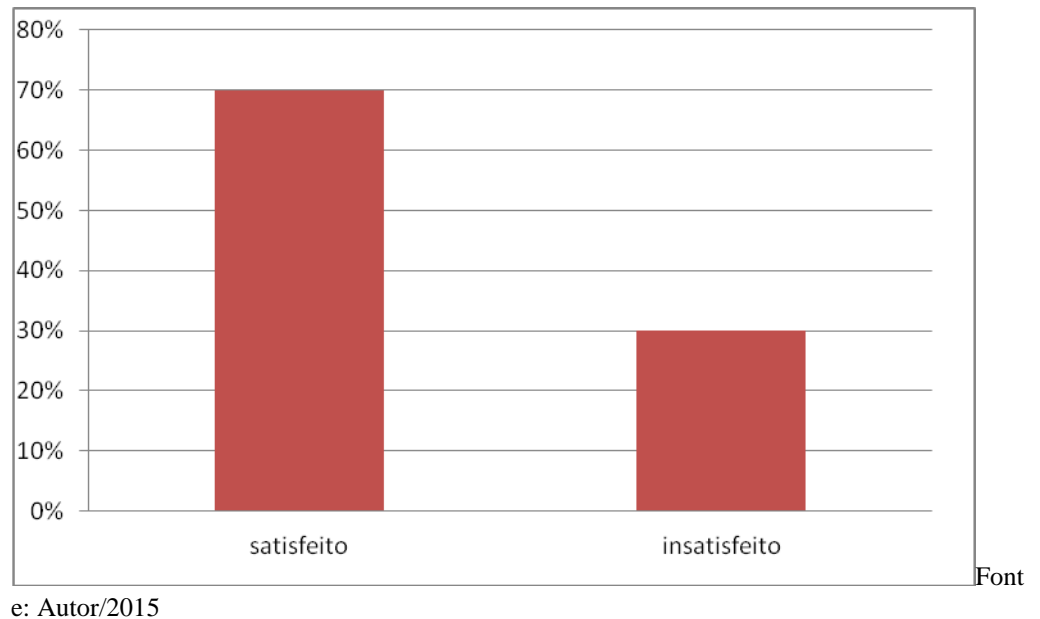
Ao ingressar na Casa Penal os internos recebem um “uniforme” que com o tempo se deteriora como não há reposição, os permite utilizar suas roupas que refletem sua personalidade e o “status” de cada um, este fato é demonstrado pela satisfação dos entrevistados 67,70%.

Outros 83,30% dos internos demonstram sua insatisfação com relação a superlotação do PEM I em celas que deveriam abrigar 4 detentos de sua capacidade excede ao dobro, ocorre que para dormir há um revezamento nas camas.

A limpeza na unidade prisional fica a cargo dos internos, porém é feita de forma precária, por isso o grande número de insatisfeitos que totaliza 91,70%, segundo os detentos isto se agrava devido a falta de material de limpeza para a manutenção. Como consequência, o mau cheiro nos corredores é quase insuportável.

A prestação de serviços médicos e farmacêuticos é precária, pois há apenas um médico e uma técnica em enfermagem para dar conta do contingente de 600 homens com os mais variados problemas. Apesar de serem bons profissionais, reclamam que alguns casos não podem ser resolvidos no local e devem ser encaminhados para urgência do SUS mais próximo da casa penal. Há grande falta de medicamentos o que agrava o caso de saúde de muitos internos, com isso, 71,50% dos entrevistados se declararam insatisfeitos com este serviço dentro do PEM I.

Figura 14 – Índice de satisfação quanto a gestão humanitária no PEM I



No que diz respeito à satisfação quanto a gestão humanitária, ou seja, recursos humanos voltados ao atendimento da população do PEM I, de acordo com a Figura 14, a maioria 70% afirmam que estão satisfeitos, com o tratamento humano que é dispensado pela administração e funcionários da casa com aos internos.

Também chama atenção o número elevado de insatisfeitos, este fato se deve higiene das celas seguida da superlotação, onde cada cela projetada para 6 detentos encontra-se com o dobro de sua capacidade. Estando a assistência à saúde como o terceiro maior fator de insatisfação dos reclusos.

## **CAPÍTULO 4. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS**

### **5.1 Conclusão**

Quanto ao objetivo geral desta pesquisa foi possível analisar o perfil dos detentos do PEM I onde através dos indicadores estudados pode se afirmar que uma boa parte dos detentos são oriundo da própria capital do Estado, solteiros e sem filhos na faixa etária entre 18 e 25 anos com baixa escolaridade com grande incidência para o ensino fundamental incompleto, 75% se declaram que são pardos e que vem praticando delitos desde a adolescência sendo muitos destes reincidentes na forma da prática dos crimes que cometem. Outro fator relevante revelado na pesquisa é que a grande maioria nunca possuíram uma profissão e portanto viviam na informalidade ou na ociosidade antes de serem presos.

Do ponto de vista da qualidade dos serviços prestados dentro da Penitenciária pelo poder público, a pesquisa revela que a grande insatisfação dos reclusos está falta de higiene das celas seguida da superlotação, onde cada cela projetada para 6 detentos encontra-se com o dobro de sua capacidade. Estando a assistência a saúde como o terceiro maior fator de insatisfação dos reclusos.

Quanto as reclamações dos detentos, a assistência a saúde se mostra com grande deficiência entre os serviços prestados aos detentos, primeiro pela falta de um número maior de profissionais para a quantidade de presos existentes, segundo pela falta de recursos materiais que possam auxiliar no tratamento de problemas de saúde que se apresentam entre os detentos e terceiro por falta de infraestrutura para um atendimento, fazendo desta forma, que muitos dos detentos sejam remanejados para postos de saúde do SUS o que causa um conflito organizacional a mais para a segurança dentro do presídio.

A alimentação também foi outro item apontado pelos reclusos com um índice de insatisfação muito elevado, porém não fez parte desta pesquisa avaliar a qualidade e quantidade do alimento servido, o que impede de uma avaliação mais criteriosa quanto a estes indicadores, porém, 83,30% se mostram insatisfeitos com este serviço prestado pelo PEM I, apesar de os mesmos serem preparados pelos próprios internos.

Um dado importante que se pode analisar no PEM I é a dificuldade de recursos financeiros para se gerenciar todo o processo administrativo, apesar do recurso humano ser



voltado para atender as necessidades do interno da melhor maneira possível, nota-se que a superlotação desencadeia problemas em outras áreas como: atenção a assistência social precária em nível material, embora a relação profissional desta área ser muito bem recebida pelos internos e o número de reclusos elevado inviabiliza uma atenção mais próxima dos mesmos para que ações mais pontuais possam ser gerenciadas no processo de ressocialização, além de que a falta de seleção do grau de delito praticado inviabiliza também quem pode ser selecionado para os cursos profissionalizantes, apesar da procurar ser grande, não se tem como atender a todos, daí o baixo índice de participantes (10%) nestes cursos; outro fator de recursos financeiros observado é no que diz respeito a oferta de cursos baixa o que também dificulta uma ação social mais próxima da aptidão dos reclusos, que muitas vezes se inscrevem nos cursos apenas com o objetivo de reduzir o tempo de reclusão em detrimento de se identificar com a futura profissão e de um acompanhamento após a saída do presídio de sua colocação no mercado de trabalho, reflexo que se mostra no índice elevado de reincidência nos mesmos delitos de muitos destes reclusos.

Com relação a aplicação da Lei, observa-se que os entrevistados então inclusos na maioria em dois Artigos do Código Penal Brasileiro o Art. 157 e o Art. 155 que são respectivamente, roubo que é a ação de subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência, neste caso a pena é de reclusão, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos, e multa, e o furto que é a ação de subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel o que leva quem pratica este delito a uma pena de reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos e multa.

Apesar destes reclusos estarem inclusos neste dois artigos, um fator agravante no sistema penitenciário do PEM I é a morosidade com que são julgados os presos, onde do total de entrevistados 40% destes esperam por julgamento e mais 35% já foram julgados por um artigo e esperam julgamento por outro tipo de delito cometido, o que faz com que a superlotação seja um dilema para a gestão do PEM I.

Considerando a Lei de Execução Penal em seu Art. 87, o PEM I deveria manter apenas os condenados à pena de reclusão em regime fechado e as Cadeias Públicas são responsáveis pelo recolhimento dos presos provisórios Art. 102 da LEP. Realidade não encontrada na Penitenciária Estadual Metropolitana I.

O que se conclui da realidade observada que o PEM I apesar das dificuldades inerentes ao Sistema atende as mínimas exigências da Lei de Execução Penal com relação a tratamento humanitário, porém está muito aquém do objetivo maior.

Dispõe o artigo 1º da Lei 7.210 “que a execução penal tem por objetivo efetuar as disposições de sentenças ou decisão criminal, a proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado”.

Apesar de se conhecer que avaliação de qualidade com detentos não pode ser considerada como um resultado absoluto, primeiro pelo fato de qualidade ser subjetivo e segundo por que ao questionarmos quem está numa situação alheia a sociedade este nunca pode estar satisfeito plenamente com a situação que lhe é imposta. Daí, uma avaliação real deste problema deve ser corroborada com uma *vistoria in loco* por parte dos pesquisadores para que ele possa vivenciar os fatos relatados e comparar com o que foi observado.

No entanto, é de grande conhecimento público a precária situação nos presídios brasileiro veiculados pela imprensa escrita, televisiva e nas redes de internet existente hoje em dia. A pesquisa vem apenas confirmar este quadro e afirmar que o PEM I é uma inovação no que desrespeito ao gestão humanitária de sua população carcerária, ou seja, chamamos de gestão humanitária todos os esforços pessoais da equipe multidisciplinar para o atendimento de toda a população do PEM I visando sua ressocialização. Assim sendo, percebe-se que o PEM I está muito longe de atender a Lei 7210/84 no campo material, devido a falta de recursos financeiros, porém no que diz respeito a sua gestão de crise, ou seja, gestão feita com as mínimas condições financeiras oferecidas pelo Estado, neste aspecto se constitui um avanço, observou-se que todos os profissionais que trabalham no PEM I estão comprometidos com o processo de ressocialização dos internos que lá se encontram. Porém o que se busca oportunizar aos gestores de políticas de segurança pública é uma reflexão sobre os indicadores apontados nesta pesquisa para que um plano de ação seja traçado com o objetivo de atender as exigências dos reclusos e assim ter uma efetiva aplicação plena da Lei 7.210/84.

#### **4.2 Recomendações para trabalhos futuros**

Como recomendações para trabalhos futuros considerando os resultados apresentados pela pesquisa desta dissertação, pode se destacar:

- Um estudo junto ao Poder Judiciário para elaborar um mutirão para acelerar o processo de julgamento dos reclusos reduzindo assim o tempo de permanência dos presos provisórios que cometeram crimes mais leves e que podem pagar com pena alternativa;
- Desenvolver um planejamento estratégico para uma gestão mais participativa onde os indicadores apontados nesta pesquisa possam servir de sinalizadores na definição das metas a serem alcançadas no curto, médio e longo prazo;
- Estabelecer indicadores de desempenho dos apenados para que os mesmos possam usufruir dos benefícios oferecidos pelo poder público, como os cursos de profissionalização, e não apenas considerar redução de pena aos participantes.
- Desenvolver um modelo de gestão moderno e mais aberto aos atores que fazem parte do cenário carcerário, tais como: colaboradores, gestores, apenados e familiares com o objetivo de se gerar uma população carcerária ressocializada.

## REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia/** Nicola Abbagnano 2 ed (tradução coordenada e ver. Por Alfredo Bosi com a colaboração de Mourice Cunio et.al) 2 ed. São Paulo: Mestre Jou, 1962.
- ADORNO, S. **Rebeliões nos Presídios**. Folha de São Paulo, São Paulo 30 jul. 1995. Opinião.
- ALBERGARIA, Jason. **Das Penas e da Execução Penal**. 3 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 1996. (Se ORIENTE POR ESTA QUE CORRIGIR PARA SERVIR COMO MODELO, CONSULTE O MANUAL “ELABORAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS PARA ESTA PARTE DO TRABALHO)
- BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo, Ed Saraiva, 2009.
- BASIL, Ministério da Justiça. **Resolução n. 45/110 de 1991**. Regras de Tóquio Regras mínimas para a elaboração de medidas não privativas de liberdade. Brasília: 1993.
- BRASIL. Ministério da Justiça. **Palestra proferida no 1º Congresso sobre Execução da Pena. Humanização das prisões e Penas Alternativas**. Fortaleza- Ceará, 1997.
- BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das Penas**. Rio de Janeiro: 5ª edição, Perspectiva, 2000.
- BITENCOURT, Cezar Roberto. **Falência da Pena de Prisão: Causas e Alternativas**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993.
- CATÃO, Iolanda, SUSSEKIND Elizabeth. **Os Direitos dos Presos**. Versão preliminar, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- DEMO, Pedro. A Violência Social. In: **Revista do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária**, v.1., no. 3, jan./jun., 1994, p. 9-34. (Corrigir esta)
- FALEIROS, Vicente de Paula. **O Que é Política Social**. 5ª edição, São Paulo: Brasiliense, 1991.
- FALEIROS, Vicente de Paula. **A Política Social do Estado Capitalista**, 8ª edição, São Paulo: Cortez, 2000.
- FARIA JÚNIOR, João. **Manual de Criminologia**. Curitiba, 2ª edição, Juruá, 1996.
- FOUCAULT, Miche. **Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões**. 5ª edição Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. 5ª edição, São Paulo: Perspectiva, 1996.
- GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ: **Relatório da Superintendência do Sistema Penal** 2009.

- HABER, Esmeralda. **A Área de Assistência Social Pública no Contexto Brasileiro**. In: Revista Polêmica nº 1- 1997.
- HAMILTON, Gordon. **Teoria e Prática do Serviço Social de Caso**. 5ª edição, Rio de Janeiro, 1982.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.
- LAKATOS, Eva Maria e Marconi, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico**. 4ª edição, São Paulo: Atlas, 2000.
- MAGNABOSCO, Danielle. **Sistema Penitenciários Brasileiro: Aspectos Sociológicos**. Brasília: CEUB. 2003.
- MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: Identidade e Alienação**. 2 edição, São Paulo: Cortez, 1991.
- MILLER, Thomas I., MILLER, Michelle A. (1991), pesquisas de opinião: Como fazer Eles, como usá-los, o que eles significam. Washington; Internacional Cidade / County Management Association.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA PORTUGUÊS. Direcção Geral dos Serviços Prisionais. Relatório de Atividade de 2010. Estabelecimento Prisional de Lisboa.
- MIRABETE, Júlio Fabbrine. **Execução Penal: Comentários à Lei nº 7210 de 11/07/84**. 6ª edição, revisada e atualizada, São Paulo: Atlas, 1994.
- OLIVEIRA, Edmundo. **Política Criminal e alternativa à prisão**. Rio de Janeiro. Forense, 1997.
- PAIXÃO, Antônio Luiz. **Recuperar ou Punir: Como o Estado trata o criminoso**. 4ª edição, São Paulo, 1995.
- PÂNDU, Pandiá. **Dicionário Global da Língua Portuguesa**. Copyright Renovada Livros Culturais Ltda. 1987.
- REVISTA VEJA. **Censo Penitenciário Brasileiro**. 23 de outubro de 1996.
- SUPERINTENDENCIA DO SISTEMA PENAL DO ESTADO DO PARÁ - Modelo de Planejamento da Divisão de Assistência ao Egresso- DAE/Familiares-2004.
- THOMPSON, Augusto. **A Questão Penitenciária**. Rio de Janeiro, 4ª edição. Forense, 2002.
- PINTO, Antonio Luiz de Toledo, eT all. **VADE MECUM**, 43ª Edição, São Paulo: Saraiva 2009.
- VERANI, S. Souza. **Aliança para a Liberdade Psicologia e Instituição de Direito: A Prática em Questão**. Rio de Janeiro Comunicarte, 1994.

## **ANEXOS**

## **ANEXO A - ESCLARECIMENTO DA PESQUISA**

A pesquisa em questão tem a finalidade de coletar dados junto aos internos da CASA PENAL X afim de compor o Trabalho de Conclusão do Curso da acadêmica Liliane da Silva Barros - sob matrícula 0500206 de Direito da Faculdade Integrada Brasil Amazônia - FIBRA com o título provisório: A REALIDADE DO CARCERE E LEI DE EXECUÇÃO PENAL NO PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO.

É importante ressaltar que as informações coletadas na pesquisa não serão divulgadas individualmente, mas através de dados tabulados do todo, a fim de preservar a privacidade e o sigilo do entrevistado.

A pessoa entrevistada responderá a um questionário contendo perguntas de identificação pessoal, nível de escolaridade, situação sócio-econômica, situação ocupacional, situação jurídica, situação familiar e perguntas sobre sua história de vida.

Enfatizamos que a participação do entrevistado na pesquisa é voluntária e não trará prejuízos à pessoa pesquisada, por isso, não haverá reparo de danos.

As fotos expostas no trabalho serão tiradas com a devida autorização do entrevistado.

No decorrer da entrevista serão fornecidos esclarecimentos adicionais ao sujeito da pesquisa, conforme a necessidade do entrevistado.

### **Consentimento.**

Declaro para os devidos fins de direito que li as informações supra citadas sobre a pesquisa e estou completamente ciente do conteúdo da mesma. Desta forma, aceito participar espontaneamente da pesquisa, cooperando com a(s) pesquisadora(s) responsável(s) pela mesma.

Benevides \_\_/\_\_/\_\_

---

Assinatura do interno/denunciado entrevistado

## ANEXO B - ENTREVISTA COM OS INTERNOS/DENÚNCIADOS

### 1. IDENTIFICAÇÃO PESSOAL:

Nome:

Estado Civil:

Idade:

Sexo:

Profissão:

Filhos: Maiores ☐ ☐ Menores ☐ ☐

Raça (Cor):

Religião:

Naturalidade:

### 2. SITUAÇÃO JURIDICA

Advogado ☐ Particular ☐ Público ☐

Delito-Artigo:

Casa Penal:

Data de Prisão:

Período de Reclusão:

Situação Atual:

Condenação:

Reincidente Sim ☐ Não ☐

### 3. NÍVEL DE ESCOLARIDADE:

Analfabeto ☐

Ensino fundamental incompleto ☐ completo ☐ Série \_\_\_\_\_

Ensino médio incompleto ☐ completo ☐ Série \_\_\_\_\_

Ensino superior incompleto ☐ completo ☐ Série \_\_\_\_\_

### 4. SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA/ OCUPACIONAL:

Situação de moradia:

Própria ☐ Alugada ☐ Cedida ☐ Mora com parentes ☐

Outros \_\_\_\_\_

Quantas pessoas moram com o senhor? Quantas dessas pessoas dependem economicamente do senhor? Qual a renda familiar mensal?

Antes da reclusão, o senhor trabalhava?

Sim ☐ Não ☐



**Em caso de resposta positiva, que atividade o senhor exercia?**

**Trabalho formal** ☐ **Trabalho informal** ☐ \_\_\_\_\_

**O senhor realizou algum tipo de trabalho durante o período de reclusão? Qual? Quanto recebia pelo trabalho exercido?**

**O que o senhor tem a dizer sobre o tratamento na casa penal?**

Na sua opinião seus direitos a assistência (material, à saúde, jurídica, educacional, social, religiosa) que estão previstos na Lei 7.210/84 são respeitados?

**Com relação a gestão humanitária do PEM I?**

Insatisfeito ☐ Pouco ☐ Satisfeito ☐ Muito Satisfeito ☐